



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**RELATO DE VIVÊNCIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO DISTRITO FEDERAL**

LOYANE MEDEIROS MOREIRA

BRASÍLIA, JULHO DE 2011.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**RELATO DE VIVÊNCIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO DISTRITO FEDERAL**

LOYANE MEDEIROS MOREIRA

BRASÍLIA, JULHO DE 2011.

RELATO DE VIVÊNCIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Sônia Marise Salles Carvalho.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Sônia Marise Salles Carvalho (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Zuchiwschi
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília, Julho de 2011.

RELATO DE VIVÊNCIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Sônia Marise Salles Carvalho.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Sônia Marise Salles Carvalho (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Zuchiwschi
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília, Julho de 2011.

HOMENAGEM

A tudo aquilo que serei com a ajuda de todos ao meu redor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por me incentivarem, nunca duvidarem da minha capacidade, e me apoiarem nessa jornada.

Aos demais familiares que também deram suporte.

Às minhas amigas Raquel e Karla pela maravilhosa amizade, conversas, aventuras e por sempre estar ao meu lado sempre que preciso.

Ao meu amigo Jefferson, que além da amizade, suporte e momentos de alegria dedicou várias noites e dias de estudos para me incentivar nessa trajetória.

Às minhas amigas Isabella, Karla, Maria Rachel, Priscila e Taciana, que conheci no meu trabalho e que se tornaram amigas para a vida, e me ajudaram a ter força para continuar e persistir no meu trabalho.

À professora Dra. Sônia Marise Salles Carvalho pela dedicação e por me dar uma luz nos momentos em que eu não me achava capaz de realizar esse trabalho.

Aos os outros professores que tive contato e que puderam acrescentar momentos de aprendizado e reflexão.

À todas as pessoas que estão presentes na minha vida, ou simplesmente passaram por ela, e que por isso contribuíram de alguma forma no que eu sou hoje.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
PARTE I	
MEMORIAL: MINHA VIDA ACADÊMICA REFLETINDO TUDO QUE VIVI.....	11
PARTE II	
RELATO DE VIVÊNCIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO DISTRITO FEDERAL	
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1 – CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	23
1.1 A CRIANÇA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO BRASIL.....	23
1.2 SURGIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E SEUS DIREITOS.....	28
CAPÍTULO 2 – O SISTEMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	35
2.1 O QUE É UM SISTEMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	35
2.2 COMO FUNCIONAL O SISTEMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	37
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ABRIRE – ABRIGO REENCONTRO	37
2.4 BREVE HISTÓRICO DO ABRIRE.....	42
CAPÍTULO 3 – RELATO DE VIVÊNCIA NO ABRIRE.....	48
CAPÍTULO 4 – ALGUMAS REFLEXÕES QUE FICAM NO DESAFIO DO ABRIRE	63

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	73
ANEXOS.....	75

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS:	95
--	-----------

APRESENTAÇÃO

O mundo hoje está enfrentando uma profunda crise social, de valores e nas relações interpessoais e afetivas. O ser humano naturalmente precisa se relacionar com os outros e com o mundo de alguma forma, formando assim suas redes sociais para desempenharem suas funções de socialização. Estas redes sociais dão sentido à vida dos indivíduos, servem para que cada um organize sua identidade e estabeleça o seu *ser* e *estar* no mundo. Quando as redes não estão funcionando de acordo, temos relações fraturadas, e aí surgem brechas para o sofrimento e situações de risco, pois a criança e/ou o adolescente não encontrando a possibilidade de relação em suas famílias ou escolas (principais instituições de apoio), irão buscá-las na rua, nas drogas... tornando-se assim vulneráveis a situações de risco.

Então nosso contexto atual tem gerado crianças e adolescentes sem referências, pois as relações cada vez estão mais superficiais, mais frágeis, os pais tem se ausentado de suas responsabilidades, as diferenças sociais, que criam abismos entre as pessoas, provocam situações quase que irreversíveis de exclusão social, que geram outras situações, tais como dificuldade de as famílias se manterem financeiramente, o que interfere na saúde psíquica, diminui a autonomia, desenvolve o sentimento de impotência, e a relação intra familiar vai sofrendo as consequências - crianças e adolescentes começam a passar por violência, maus tratos, negligência, exploração, submetem-se ao trabalho infantil... E assim surgem crianças e adolescentes com seus direitos violados. Segundo o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90:

“a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

Portanto o Estado, em meio a situações de violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, prevê ações para remediar essa situação, e cria medidas de proteção para garantir os direitos desses sujeitos. Dentre essas medidas de proteção temos o acolhimento institucional, medida excepcional aplicável somente quando as situações não puderem ser contornadas de outra forma.

Esse trabalho foi fruto da minha experiência com o Projeto IV e V desenvolvidos no curso de graduação em pedagogia da Universidade de Brasília. Minha primeira justificativa para escolher essa temática é a aproximação com essa realidade. O lugar onde trabalho

atualmente, assumindo o cargo de cuidadora social, se propõe a oferecer um acolhimento provisório por meio de medida de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, e foi nessa entidade, denominada Abrigo Reencontro (Abrire), onde vivenciei a prática pedagógica exigida dentro do curso.

Dentro dessa situação o presente trabalho se propõe a mostrar o surgimento da concepção de infância e adolescência, conceito dinâmico e mutável de acordo com o contexto histórico-social, e alguns aspectos que permeiam a medida protetiva de acolhimento institucional. Para tanto faço um resumo sobre o caminho percorrido até chegarmos na concepção atual da infância e juventude, compreendidos como seres em uma fase peculiar de desenvolvimento, detentor de direitos. Exponho o que é uma medida de acolhimento institucional, como funciona essa política pública, especificamente no Abrire, entidade de acolhimento institucional pública do Distrito Federal e apresento um relato de experiência, com a finalidade de mostrar a dinâmica da instituição e ao mesmo tempo analisar e refletir a realidade vista, colocando como que vem acontecendo a aplicação dos direitos expressos em nossa legislação.

Esse campo de atuação se mostra muito rico e com várias possibilidades de análises e estudos, mas a intenção não é abranger todos os aspectos, apresento aqui um recorte da situação, sendo necessário um aprofundamento e outros trabalhos para que todos os aspectos sejam contemplados.

Este trabalho foi dividido em três blocos:

Na primeira parte consta um memorial que mostra um pouco da minha trajetória socioeducativa, as experiências pessoais e escolares que me levaram a esse caminho.

A segunda parte é composta por quatro capítulos. No primeiro começo recuperando na história os conceitos e representações de infância e adolescência, alguns marcos legais até chegarmos nos dias de hoje. No segundo capítulo situo o que é a medida de acolhimento, caracterizando a instituição e colocando seu breve histórico. No terceiro apresento um relato de experiência e no quarto e último capítulo faço algumas reflexões do que ficou dessa vivência.

Na terceira parte estão as minhas perspectivas profissionais.

PARTE I
MEMORIAL

MINHA VIDA ACADÊMICA REFLETINDO TUDO QUE VIVI

MINHA VIDA ACADÊMICA REFLETINDO TUDO QUE VIVI

O presente memorial se destina à descrever um pouco da minha trajetória pessoal, expor como cheguei na Faculdade de Educação e o que foi essa experiência para mim.

Minha mãe, Erione, morou durante muito tempo com sua avó em Caruaru, município do estado de Pernambuco, e na adolescência veio para Brasília, um pouco contrariada, para morar com a sua mãe e o resto dos seus irmãos, ficando em Caruaru apenas uma irmã, minha tia por parte de mãe que eu nunca tive a oportunidade de conhecer. Meu pai, Delamário, nasceu na Bahia, mas ainda criança veio para cá, morava no meio rural, com muitos irmãos, mas como era o caçula ele foi mais incentivado a estudar, dentro das dificuldades. Para conseguir ir à escola ele tinha que andar bastante de bicicleta, e quando teve que vendê-la passou a ir a pé, tendo que andar muito... mas não desistia.

Meus pais se conheceram e eu nasci em Brasília, no dia 27 de setembro de 1988, filha de pais muito jovens e por isso não planejada, mas apesar disso minha mãe me conta que me amou desde o primeiro instante e que quando engravidou já tinha um desejo de ser mãe. Vejo esse acontecimento (meu nascimento) na vida de meus pais como um impulsionador para o amadurecimento. Para me criar meu pai começou a trabalhar e foi aos poucos montando uma pequena casa no mesmo lote que a casa da minha avó paterna, e pouco tempo depois ele conseguiu comprar a casa própria para todos morarmos, na Ceilândia.

Fui criada com bastante carinho e meus pais sempre deram bastante importância para a escola, sempre me dizendo que esse era o melhor caminho para eu seguir; a educação seria a única coisa que eles poderiam me dar e que ninguém nunca me tiraria. E me criaram sempre passando os melhores valores, com muito amor e ao mesmo tempo com rigidez, especialmente por parte do meu pai. Meu pai se esforçou bastante para que eu pudesse estudar em escola particular, pois acreditava que esta era melhor que a pública; daria para mim a oportunidade que nunca teve. Meu pai trabalhava fora e minha mãe se dedicava a cuidar de mim.

Ainda pequena nos mudamos para Samambaia, onde eu tinha vários amigos vizinhos e brincava bastante na rua sempre que minha mãe podia ficar me olhando. Nesse bairro conheci Rebecca, amiga praticamente da família que conheci aos 2 anos de idade e de quem sou amiga até hoje.

Outras lembranças durante a minha infância e pré adolescência era de que sempre visitava meus primos por parte de pai nos finais de semana; esse lado da família gostava

bastante de se reunir e era aquela alegria, sempre ia para Pirenópolis, Anápolis e Alexânia e as brincadeiras e travessuras que fazíamos ainda guardo na minha memória.

Minha primeira escola foi a Castelinho de Areia, com 3 anos de idade iniciei a educação infantil, Rebecca estudava lá também. Minha mãe conta que eu estava super empolgada para começar a estudar, entretanto no primeiro dia de aula não queria ir, chorei bastante, mas logo me acostumei e adorava ir à escola, em especial gostava muito da minha professora, a Rejane, a qual eu pedia todos os dias que passasse na minha casa depois da aula, as vezes ela até ia.

Mudamos novamente de casa, dessa vez fomos morar em Taguatinga. Lembro que mudei poucos dias antes de começar as aulas, tanto que no dia da mudança fomos visitar meu futuro colégio e fazer a matrícula, comprar material e o uniforme que deveria ser lavado as pressas.

Aos 7 anos ingressei no Ensino Fundamental, no Colégio Santa Terezinha. Esse agora era bem maior que o outro, e lá cursei a 1ª, 2ª e 3ª série (na antiga nomenclatura), fiz muitas amizades, reunia frequentemente na casa das minhas amigas para brincar e elas na minha, até que no final da 3ª série minha amiga me surpreendeu dizendo que mudaria de colégio, iria para o Jesus Maria José (JMJ). No mesmo dia pedi insistentemente para que meu pai também me colocasse, falando que se tratava de urgência essa transferência, já que as vagas já estavam acabando. Assim meu pai fez, fui matriculada no JMJ, onde terminei meu ensino fundamental, cursando a 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série (antiga nomenclatura) por lá, e aquela minha amiga não se matriculou, o que me deixou bastante triste. Nessa época meus pais se separaram. Durante meu primeiro ano estudando naquele colégio (4ª série) eu não fui totalmente satisfeita, apesar de ter feito amizades bem rápido sempre pensava que tinha me afastado dos antigos amigos. Mas quando o ano virou eu quis continuar e comecei a ter muito amor por aquela escola.

Que eu lembre, desde a 4ª série meu pai me falava sobre a Universidade de Brasília (UnB), local onde eu deveria entrar para cursar a educação superior e ser uma pessoa formada, mas que poucos conseguiam porque era muito difícil, portanto eu deveria me esforçar. Para facilitar o meu ingresso na universidade meu pai dizia que um bom colégio para eu estudar era o Colégio Militar, mas só entrava lá quem passe em uma prova, e então fiz um cursinho preparatório, onde ia sozinha de ônibus, todo sábado de manhã fazer esse curso na Asa Norte. A expectativa era de que eu passasse e entrasse na 5ª série já nesse colégio. Nessa época eu não estava interessada em me transferir novamente de colégio, mas como era por motivo de força muito maior e séria eu me esforcei; não passei, o que me deixou muito preocupada com relação ao meu futuro, mas que no fundo mais profundo do meu coração eu

sentia uma alegria por não precisar de ir estudar naquela escola, e assim continuei no JMJ.

Desde essa época já era muito preocupada do que seria de mim quando terminasse a educação básica e tivesse que ir para a educação superior, já que minha única opção seria a universidade pública, porque estudar em uma faculdade particular era muito caro, meu pai achava que a qualidade do ensino era inferior, e além disso os seus esforços para me manter em escolas particulares era para que eu chegasse à UnB, e caso eu não conseguisse eu teria que ter um “plano b” (trabalhar para pagar uma faculdade).

Preocupações à parte, os anos mais marcantes do ensino fundamental foram a 7ª e 8ª série, alguns amigos que fiz nessa época cativo e tenho profundo amor até hoje, são eles Débora, Ana Beatriz, Lincoln e Jefferson.

No final da 8ª série novamente me vi diante de um dilema que decidiria meu futuro acadêmico: meu pai chegou me questionando se eu queria continuar no JMJ, ir para uma outra escola de minha escolha, ou ir para o Colégio Equipe, o qual eu nunca tinha ouvido falar mas que ele dizia ter uma ótima proposta pedagógica para aqueles que querem entrar na Unb, afinal a filha da minha madrinha estava estudando lá e estava indo muito bem no PAS (Programa de Avaliação Seriada – para ingresso na UnB). Não queria mais uma vez me afastar dos meus amigos, mas se não fizesse isso corria o risco de ter sérios problemas quando acabasse o ensino médio, portanto minha escolha foi ir para o Colégio Equipe. Minha transição novamente foi marcada por choros e despedidas calorosas, com grandes emoções.

Ir para esse último colégio foi algo totalmente diferente, primeiro que ele ficava em um shopping e eu achava aquilo bastante intrigante, segundo que estava indo para uma nova fase da minha vida educativa: o ensino médio, a última etapa antes da universidade e a etapa que tinha mais impressão de ser séria.

No primeiro dia de aula todos nós calouros fomos recebidos pelo diretor da escola (uma grande novidade, já que eu quase não sabia quem eram os diretores nas escolas anteriores), e fomos para uma quadra de areia onde todos deveriam tirar os sapatos. A primeira semana foi toda de recepção, os veteranos também nos receberam com propostas de dinâmicas, fizemos teatros improvisados, dançamos, escrevemos, tudo para que pudéssemos parar um pouco para refletir sobre nós mesmos, sobre a vida, e receber a notícia de que agora sim estudaríamos... o diretor Cássio, também nosso professor de física nos disse nesses primeiros dias “vocês já estudaram na vida? Esqueça tudo isso que vocês acham que é estudar, vocês nunca estudaram de verdade, agora vocês irão aprender”. E de fato percebi que nunca tinha estudado, lá era bem mais “puxado” que as escola por onde eu e meus amigos de classe havíamos passado. Lembro que tínhamos aula pela manhã e todo dia a tarde íamos para

lá estudar em grupo, todo mundo bastante empenhado, uns ajudando aos outros para dar conta da matéria. Foi difícil pegar o jeito, mas a adaptação foi rápida. O colégio era bastante focado na missão de fazer com que estudássemos para o vestibular da UnB, mas mesclando com esse foco vejo que essa instituição também tinha uma preocupação em formar cidadãos. Tínhamos momentos de conversas reflexivas com o nosso diretor e com o professor de filosofia, o professor de literatura também tinha bem marcada essa preocupação, mas não éramos maduros o suficiente para compreender o que era aquilo de fato, as vezes a gente pensava que aquele pessoal que estava dando aula pra gente desviava o foco. Só muito tempo depois, quando volto o olhar para essa época é que eu entendo que lá foi onde pude ter uma educação mais crítica e cidadã. Tivemos várias atividades de socialização e contato com a realidade (fizemos até um trabalho de atuação na comunidade, em asilos), apesar de em nenhum momento negarem que o objetivo era que obtivéssemos boas notas no PAS, afinal esse era o maior interesse dos nossos pais, o verdadeiro motivo de estarmos ali.

Essa fase escolar foi muito interessante e intensa: estava me aproximando de fato de ter que entrar na UnB, que há muito tempo já era minha preocupação. Ao fazer o PAS me vi realmente estudando, conhecendo coisas novas, interagindo com os professores e iniciando amizades que não necessariamente estavam restritas ao meio escolar, que viraria um agrupamento de amigos e de amigos de amigos.

Ao entrar no 2º ano do ensino médio, alguns professores que davam aula pra gente nesse colégio se juntaram e abriram uma outra instituição de ensino, chamado Colégio Ideal, com isso algumas pessoas migraram pra lá. Eu e meus amigos resolvemos ficar onde estávamos. Porém eu comecei a não me sentir bem naquele lugar, a ficar desmotivada para o estudo e por motivos que não compreendo não quis mais ficar estudando lá.

Assim, no segundo bimestre do 2º ano eu mudei de escola e fui para o Colégio Ideal. Foi uma mudança repentina, fui visitar o novo colégio em uma sexta-feira, já me matriculei e na segunda-feira fui assistir aula no Equipe apenas para avisar aos meus amigos e professores minha mudança. Foi bastante estranho, meus amigos acharam muito esquisito, principalmente minha amiga Raquel que não se conformava em eu ter que mudar assim de repente.

No novo colégio, escolhi a sala onde tinham pessoas que eu já conhecia, e em especial meu amigo João Henrique, que eu já conhecia por intermédio da Raquel. Cheguei em época de prova e isso foi bastante desafiador, mas encarei. Como o ano havia iniciado sem que eu fizesse parte daquele grupo, quando cheguei nem todas as pessoas me acolheram bem, mas o fato de já conhecer algumas pessoas, ser amiga do João, ter alguns professores que me conheciam e a viagem de Intercâmbio Cultural e Desportivo, foram muito importantes para

que eu passasse a me ver como parte daquele grupo de pessoas. Tirando toda essa confusão de mudar de colégio de repente, gostei muito da experiência, e foi muito bom pra mim ter ido para essa escola. No período noturno já comecei a frequentar o cursinho preparatório para o vestibular da UnB dessa escola, fiz esse cursinho durante meu 2º e 3º ano. No 3º ano Raquel e Pedro Henrique, que eram meus amigos da antiga escola, vieram estudar comigo (o nosso outro amigo Ramildo continuou no Equipe).

Terminei o ano com pessoas extremamente importantes na minha vida, amigos que permaneceram comigo em minha jornada escolar (e não escolar), alguns desde o primeiro ano já cativo como meus amigos e essas amizades foram expandindo, sendo agregados amigos que não estudavam conosco, mas que passaram a fazer parte. Dessa época escolar carreguei comigo pessoas como Raquel, João Henrique, Pedro, Ramildo, Jefferson (que conheci somente no 3º ano), Karla e João Paulo (os dois últimos não eram da nossa série mas viraram nossos amigos).

Meados do 3º ano eu precisava me decidir quanto ao curso que eu pretendia fazer na universidade, essa escolha foi bastante complicada, não tinha a menor ideia do que eu deveria fazer, sempre gostei de matemática, detestava química e história, mas isso não me ajudava a decidir qual seria meu futuro acadêmico e profissional. Hoje eu percebo que nessa época era bastante imatura para isso, iria fazer 17 anos e penso que nessa idade ainda é muito cedo para se decidir sobre um curso e entrar na universidade, mas nossa cultura e nossa educação é organizada de tal forma que é nessa idade que somos obrigados a decidir.

Depois de muito pensar fiquei em dúvida entre psicologia e pedagogia, observei as notas que tinha obtido na primeira e segunda etapa do PAS e resolvi que tentaria pedagogia no PAS e psicologia no vestibular. Restou essas duas áreas por eu me ver muito interessada em compreender as relações humanas, questões relacionadas ao psíquico e o desenvolvimento infantil.

No fim do 3º ano eu mudei meu jeito de ser: costumava ser alegre e divertida no colégio e passei a ficar mais pensativa; estava bastante preocupada com o que seria do meu futuro, ansiosa com o que seria dali pra frente, pesarosa por pensar que poderia perder minhas amizades. O fim do ano chegou, com ela a formatura e o meu desespero. Os últimos dias, onde haviam despedidas eu sempre chorava, estava feliz por completar mais um ciclo na minha vida, mas ao mesmo tempo tinha muito medo da incerteza do futuro: perderia meus amigos? Conseguiria entrar na UnB? Tirando essa parte dos medos, terminar o ensino médio era o acontecimento mais importante até aquela etapa da minha vida, meus pais ficaram bem felizes.

Quando entrei de férias e estava tramando o que faria no ano seguinte, saiu o resultado do PAS; eu não quis nem saber o dia, não queria nem ver para não me decepcionar. Meus amigos me ligaram para me dar a notícia de que eu havia passado na UnB. Eu quase não acreditava, foi uma felicidade, nunca vi meus pais tão orgulhosos de mim. Havia passado para pedagogia, e na semana do resultado do PAS seria o vestibular, que eu tinha me inscrito para psicologia; fui fazer a prova despreocupada e muito feliz já. No ano de 2006 entraria na universidade federal de Brasília, e ainda ganharia um irmãozinho, o Mário Junior, filho do meu pai e minha madrasta Vera.

Apesar da felicidade eu tinha medo, não sabia se seria bom ou ruim ir pra UnB, um lugar totalmente diferente, grande fisicamente, o que por si só já representa bastante coisa; estaria eu solta nesse imenso lugar, tendo que tomar conta de mim mesma e correr atrás do meu próprio aprendizado. Na escola a educação que eu recebera havia sido em sua maioria de forma passiva, todos já diziam o que eu tinha de fazer e como, e na universidade eu teria que ir atrás (meu pai já me dizia isso há muito tempo), tudo dependeria do meu esforço em aprender as coisas.

E assim aconteceu: cheguei na UnB e não tinha a menor noção do que era fazer uma resenha, ensaio, fichamento, artigo... e ainda estava longe dos meus amigos, pois alguns não tinham passado, e os que tinham estavam em outro curso. Reencontrei amigas no mesmo curso, mas mesmo assim no início não me sentia parte desse lugar e não o via como acolhedor. Junto com essas amigas (Renata, Leilane, Juliana, Ana e Yasmine) que eu reencontrei e que conheci aqui, descobri o que era ser universitária, e juntas fomos desvendando esse novo mundo.

Meu plano era ir cursando pedagogia e futuramente transferir para psicologia, para isso peguei matérias desse departamento, e ao pegar essas matérias vi que eu gostava de estudar esses assuntos mas não queria atuar na área; e assim desisti do curso de psicologia e decidi que me formaria em pedagogia mesmo.

Fiquei encantada com a pedagogia, algumas matérias como Projeto 1 e 2, me fizeram perceber como esse curso era amplo e eu teria vários caminhos para seguir. Outras matéria me fizeram perceber a importância da educação. Meu encantamento inicial foi com a educação infantil, estava bastante interessada e feliz em estudar e me preparar para trabalhar com crianças. Comecei um estágio na Escola Canarinho, primeiro como auxiliar em uma turma de alfabetização, depois como monitora de uma turma de infantil. Essa experiência foi muito gratificante para mim e muito rica, nesse estágio pude refletir e exercer a prática de tudo que eu via na universidade, compreendi que as teorias não se bastam nelas mesmo, ou seja, uma

só teoria não dá conta de toda a complexidade da realidade, ao entrar na prática deveria por em ação as diversas teorias a partir da necessidade das crianças. Era muito espetacular trabalhar com as crianças, ver que elas são um mundo fértil para a aprendizagem, e observar o resultado do meu trabalho a cada dia.

Mas nessa época comecei a pensar que eu não tinha cumprido com minha missão, só fazer faculdade e estagiar ainda dava a impressão de que faltava algo:, eu não estava concursada. Sai do estágio então, o que foi uma decisão muito difícil para mim, e fui estudar para concurso. Tranquei um semestre na UnB e fiquei durante todo esse semestre estudando de segunda a sexta, de 9h às 21h, e sábado pelas manhãs, junto com os meus amigos Jefferson e Ramildo, os quais também haviam trancado a UnB. Ao final dessa maratona voltamos à UnB e colhemos os frutos dos nossos estudos: nós três fomos chamados para trabalhar em órgão público. Comecei a atuar na área da assistência social como cuidadora social no abrigo público de crianças e adolescentes do Distrito Federal, o Abrigo Reencontro (Abrire).

Antes meu interesse principal na área da educação era a educação infantil, fiz o Projeto III do Lúdico e me via atuando com crianças. A matéria de "Educação Matemática 1" foi bastante proveitosa dentro desse meu interesse, pois apresentava possibilidades mais convidativas, lúdicas e próximas à realidade da criança para apresentar a matemática. Depois que saí do meu estágio me interessei bastante pela educação ambiental, área que me motivava a estudar, conhecer, querer usar esse conhecimento na minha própria vida e na vida dos meus próximos. Nesse contexto a disciplina de "Introdução a Educação Ambiental" me iniciou em um estudo sobre essa questão.

Já trabalhando no Abrire entrei no Projeto III de economia solidária e no Projeto IV fase 1 que fiz dentro dessa instituição. Ao conhecer esse projeto III me deparei com a possibilidade de ajudar os adolescentes com os quais eu trabalhava na construção de perspectiva de futuro através da disseminação dos preceitos da economia solidária, percebendo que esses meninos já estão à margem da sociedade e sofrem exclusão desde pequenos, não tendo uma visão de futuro diferente da de aceitar "seu destino social" - vida da criminalidade, da mendicância ou de drogadição. Procurei também ajudá-los a melhorar o convívio dentro da casa, tendo visto que eles não possuem hábitos que respeitem o outro nem o espaço coletivo.

Esse foi um período de muitos conflitos que tive comigo mesma. Questionei todo momento minha atuação, tanto como estudante de pedagogia, como cuidadora social; fiquei insegura diversas vezes, oscilei bastante entre o sentimento de esperança e o de impotência frente à situação. Um aprendizado de bastante significado naquele semestre foi perceber o

potencial que a educação fora do contexto escolar pode ter. Comecei pensando que meu papel seria somente o de incentivar a inserção dos meninos na escola. E durante esse período essa forma de pensar sofreu modificação; lembrei até que os maiores aprendizados da minha vida não foram obtidos na escola, e que os meninos com os quais eu trabalho possuem uma grande bagagem de aprendizado, aprendizado da rua, baseado no sofrimento.

Agora penso que esse ambiente, mesmo não tendo um fim necessariamente escolar, é uma grande possibilidade de diversos aprendizados, portanto em todos os momentos nessa instituição posso atuar com meu lado de pedagoga e meu lado de cuidadora social.

A matéria que cursei na universidade de "Infância e Juventude na Contemporaneidade" do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares teve discussões muito importantes para a área que eu estava seguindo. E dentro dessa realidade profissional foi perceptível que pouquíssimos adolescentes do Abrire estavam frequentando a escola, desenvolvendo sua autonomia, projeto de vida... portanto resolvi pegar essa conjuntura para tratar em meu trabalho de final de curso.

Fazendo um apanhado geral sobre minha educação percebo que entre a educação infantil e o ensino médio eu tinha um maior envolvimento com os professores e colegas de sala, e tenho como principal resultado dessa fase as amizades. Já na educação superior há uma mudança, nesta eu não consegui ter uma socialização, não me envolvi muito com professores nem alunos, tendo como resultado dessa fase mais uma preparação estritamente acadêmica voltada para minha vida profissional.

Realizando o Projeto IV me vi totalmente implicada com a situação do Abrire e com muito interesse em fazer um trabalho de final de curso que mostrasse essa realidade. Várias ideias de temas para tratar no trabalho me surgiram devido aos diversos questionamentos, inquietações e provocações que vieram à tona. Pela realidade do trabalho, e na impossibilidade de colocar em prática minhas intenções fui mudando o tema, mudando a forma de olhar. Percebi que o meu envolvimento era tamanho que não havia outra coisa senão retratar minha vivência nessa instituição. Aliar os plantões com os estudos foi bem complicado, durante esses dois últimos anos de faculdade não tive uma rotina certa a seguir, pois meus plantões são marcados sem uma lógica ou padrão, podendo cair em qualquer dia do mês, o que dificultava a elaboração de uma rotina de estudos. No último semestre da universidade, no qual eu deveria concluir meu trabalho de final de curso, optei por dar plantões noturnos, acreditando que assim teria os dias livres para estudar. A intenção foi boa, mas na prática isso não deu certo, porque biologicamente não me adequei a esse horário de trabalho, tinha vontade de dormir durante o dia, e nas aulas era um sacrifício ficar acordada se

tivesse dado plantão na noite anterior, porque saía do plantão direto para a universidade.

Mas independente das dificuldades sempre tive a vontade de fazer um trabalho voltado para uma realidade concreta, e fico muito feliz que isso tenha sido possível. Todas as tentativas de erros e acertos foram válidas para que eu elaborasse esse trabalho que em muito reflete o amadurecimento da minha leitura de mundo, a partir de tudo que vi nos meus anos de graduação, e potencializando assim minha atuação.

PARTE II
RELATO DE VIVÊNCIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL NO DISTRITO FEDERAL

INTRODUÇÃO

É bem recente o olhar que se tem sobre a criança e adolescente como sujeito de direitos, compreendendo que estes estão em uma fase peculiar do desenvolvimento, e por isso merecedores uma proteção diferenciada, tendo em vista que são mais vulneráveis que os adultos.

Fruto dessa nova concepção de crianças e adolescentes como cidadãos completos, das lutas sociais para garantir seus direitos e de um contexto histórico que criava expectativas em relação à democracia e direitos humanos surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Aquele que antes era visto como menor incapaz agora tem uma legislação especial que materializa a nova forma de compreendê-lo dentro da sociedade e preconiza uma proteção integral do indivíduo, desde moradia, alimentação, higienização e proteção diferenciada para aqueles que estão sem referência familiar ou em situação de ameaça.

Nessa legislação temos que é dever da família, comunidade e do poder público assegurar a todas as crianças e adolescentes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, sendo essa convivência em um ambiente livre de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Frente a situações de risco, vulnerabilidade e de direitos ameaçados ou violados, o ECA propõe medidas de proteção à criança e o adolescente. Dentro do campo de proteção social especial de alta complexidade - destinada a atender indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, em uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua ou de trabalho infantil, dentre outras - existe a modalidade de acolhimento institucional (Lei nº 12.010 de 2009).

A medida de acolhimento institucional se propõe a oferecer um acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar em função de abandono, exploração ou maus tratos na família, ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que sejam sanados os motivos que deram origem ao acolhimento e resgatado o vínculo com a família, ou na impossibilidade, o encaminhamento para uma família substituta.

O acolhimento institucional deve ser feito em último caso, dando preferência à manutenção da criança ou adolescente no seio de sua família natural ou extensa, ou não sendo possível, sua alocação em família substituta.

Nesse trabalho é realizado um relato de experiência da minha vivência, no papel de cuidadora social, dentro de uma entidade de acolhimento institucional pública do Distrito Federal denominada Abrigo Reencontro (Abrire). O meu ingresso nesse trabalho se deu por meio de concurso público, o primeiro realizado para o preenchimento de vagas desse cargo, que não existia anteriormente.

Os capítulos a seguir são destinados a contextualizar a formulação dessa nova forma de pensar a infância e a juventude e depois explicitar ao leitor o que é essa medida de acolhimento institucional, em que casos deve ser aplicada e os princípios que deve obedecer.

Depois caracterizo a instituição Abrire, qual o serviço que ela se propõe a oferecer e depois sigo colocando a minha experiência nessa instituição de meados de 2009 até os dias de hoje, totalizando dois anos de experiência. Nesse meu relato procuro colocar a dinâmica e pontos que percebi estando dentro da instituição fazendo uma relação com as legislações acerca do tema. Ao final coloco algumas reflexões que me inquietaram (e me inquietam até hoje), sendo esse tema passível de muitos outros estudos e pesquisas.

CAPÍTULO 1

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE NA HISTÓRIA DO BRASIL

“A fascinação pelos anos da infância, um fenômeno relativamente recente” (HEYWOOD, 2004, p.13)

Nesse capítulo pretendo apresentar como o sentimento de infância e adolescência ganhou espaço na nossa sociedade. Começo com a história da criança dentro da história da educação brasileira, para uma exposição de qual era a representação que se tinha de criança dentro da nossa realidade e como esta foi se modificando. Depois explico como se deu o surgimento da concepção de infância e adolescência, como foi elaborada essa concepção e esse sentimento à luz de alguns marcos legais, da questão do *menor* e do significado desse termo até a materialização do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.1 A criança na história da educação do Brasil

Na história da educação no Brasil podemos observar que as crianças e adolescentes não eram respeitados como seres em desenvolvimento, e sua educação era voltada para um adestramento, muitas vezes para servir para o trabalho, sendo cobrada uma postura de adulto. A infância não era vista como uma fase de desenvolvimento, e sim como um período apenas de preparação para virar adulto. Podemos perceber ainda a diferenciação no tratamento para crianças bem nascidas e as demais. Nessa primeira parte irei recuperar como a criança era vista na história da educação brasileira.

Aqui no Brasil as crianças indígenas tinham uma educação livre onde a brincadeira estimulava a criatividade ao mesmo tempo em que contribuía para a formação do caráter da criança. As brincadeiras dos pequenos índios era um método que levava a integração com a natureza e com os costumes da sociedade. Os meninos acompanhavam os homens na caça por brincadeira, mas já aprendendo como seria mais tarde e encarnando as virtudes de seu povo que deveria exercer quando chegasse a hora. A mesma coisa acontecia com as meninas que ficavam brincando perto das mulheres e já adquirindo o conhecimento necessário para essa sociedade.

Com a chegada dos jesuítas há um grande choque de culturas, pois junto com eles veio um novo método e conceito de educação e outras crianças que vinham nas embarcações portuguesas.

As crianças portuguesas subiam a bordo das embarcações na condição de grumetes ou pagens, órfãs do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa, ou como

passageiros na companhia de algum parente. Essas crianças eram violentadas sexualmente, e as órfãs tinham que ser vigiadas para que chegassem virgens pelo menos até a Colônia. A vida no mar era a principal escola nos séculos XVI e XVII, pois as crianças aprendiam na prática uma profissão e, quando conseguiam sobreviver às dificuldades, podiam fazer carreira na marinha. Existem casos que na falta de oficiais sadios, grumetes pilotavam a nau e na falta de cirurgião eles atuavam como médicos.

O sentimento de desvalorização infantil fazia com que as crianças fossem vistas apenas como instrumento de trabalho, não havia noção de mundo infantil, as meninas com 14 anos estavam prontas para casar e os meninos de 9 anos já estavam prontos para o trabalho pesado.

Eram recrutadas crianças de famílias pobres que viam o alistamento de seus filhos como oportunidade de aumentar a renda, esses embarcavam na condição de grumete, que na hierarquia ficava abaixo dos marinheiros. Eles realizavam os mesmo serviços, quando não os mais pesados e perigosos, que os adultos marujos, ganhando menos que eles, e por muitas vezes haver excesso de carga, ficavam alojados a céu aberto. Alguns grumetes até precisavam de se prostituir para obter proteção.

As dificuldades já eram muitas para os adultos, para as crianças então era duplicado, o apodrecimento das gengivas era muito comum pela falta de vitamina C e como geralmente não tinha médicos nas embarcações, quem cuidava disso eram os barbeiros que aplicavam sangrias como um método de cura para vários casos. Sobreviver a essas viagens era quase que um milagre.

Havia cada vez mais crianças trabalhando nas embarcações, chegando a um total de mais ou menos 22% da tripulação, pois foi aumentando mais e mais a taxa de mortalidade e a população adulta foi ficando escassa.

As crianças judias eram raptadas para servir como grumetes também e ao mesmo tempo em que conseguiam mão de obra, controlavam o crescimento da população de judeus no Portugal. Para essas crianças isso representava perda afetiva, pois eram praticamente arrancadas de seus pais.

Os pagens eram crianças que recebiam tarefas mais simples, como servir os oficiais e as vezes até exerciam autoridade sobre os grumetes e marinheiros, pois a aproximação que tinham com os oficiais dava-lhes proteção física, mas não estavam livres da exploração sexual.

As órfãs do Rei eram mandadas para suprir a necessidade dos homens solteiros, mas poucas foram enviadas ao Brasil, porque as navegações com destino ao Brasil eram mais do

tipo familiar. Os religiosos não gostavam do embarque de meninas nos navios, pois causava grande alvoroço e muitos ataques.

Quando piratas atacavam as embarcações as crianças eram escravizadas sendo forçadas a servirem os outros navios. Nos casos de naufrágio as crianças eram sempre as primeiras vítimas, pois no momento de desespero seus pais as esqueciam e sua constituição física frágil impossibilitava um possível salvamento.

Em 1549 desembarcaram no Brasil 4 padres e 2 irmãos da Companhia de Jesus, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega dentre eles o irmão Vicente Rodrigues que ensinava aos meninos a doutrina e também a ler e escrever.

Nessa época começa a transformação de valores e costumes e marca o pequeno início do sentimento de infância. Os jesuítas tinham como ensino principal evangelizar e viam as crianças indígenas como papel em branco pronto para ser escrito e depositados seus conhecimentos, e convertendo as crianças, estas poderiam converter os adultos. As constituições da Companhia que definia as matérias e as diretrizes da educação foram promulgadas na 1ª Congregação Geral, na segunda década de 1550. Diante da dificuldade de evangelizar os índios, os jesuítas começaram a pensar em utilizar o medo para o aprendizado das crianças, e daí fizeram troncos que quando as crianças fugiam eram colocadas lá.

Essa educação transformou a vida dos pequenos índios, que passaram a ter uma nova rotina: pela manhã iam pescar, à tarde iam pra escola e ficava de três a quatro horas por lá e depois havia a doutrina para toda aldeia e à noite os meninos deveriam ensinar a doutrina para os mais velhos.

Nesse ensino era valorizada a capacidade de memorizar, e eram dadas aulas de canto e de manuseio de instrumentos. Entre 1566 e 1568 o padre Azevedo determinou que não fosse ensinado canto nem latim nas escolas das casas da Companhia, mas essa determinação não foi cumprida. A formação da criança vinha acompanhada de uma preocupação em transformá-las em indivíduos responsáveis.

Pelo fato dos índios mudarem para outros lugares os padres começaram a ter a preocupação de que os meninos ao crescerem fossem desaprendendo o que havia sido ensinado ou então que voltassem para seus antigos costumes, principalmente na época em que entravam na puberdade que marcava a época de “expulsão do paraíso prometido pelos jesuítas”, e por isso crescia mais e mais a necessidade de um sistema disciplinar rígido. A partir desse pensamento os melhores alunos eram enviados pelo padre Nóbrega à Portugal, onde não teriam a oportunidade de se perder, para continuar com a doutrina e os estudos, e com nativos constituindo o clero dispensava a utilização de interpretes, isso ajudava a suprir a

falta de padres na Companhia.

No Império, século XIX, era privilegiada a educação moral que passou a ser papel da educação doméstica, que deveria ser complementada com o ensino enciclopédico dado pelas escolas. Em 1838 o marquês de Itanhem elabora um documento composto por 12 artigos sobre como os mestres deveriam exercer seu papel:

1. Autoconhecimento como regra primeira;
2. Ensinar a relação entre natureza física e natureza social, baseado nos princípios de bondade e justiça;
3. Condenar a tirania e valorizar o amor fraternal;
4. Harmonia entre religião e política;
5. Uma educação eminentemente masculina, sem palavrões de erudição estéril: “Lembrem-se pois os mestres que o imperador he homem...”;
6. Priorizar o conhecimento em detrimento da memorização: “saber por meio das letras”;
7. Nada de grandes devaneios abstratos: “que o imperador, sem abraçar nunca a nuvem por Juno, comprhenda bem que pão he pão e o queijo he queijo;
8. O professor de física deverá apresentar suas leis cuja origem é divina;
9. Ensinar o monarca a incentivar o trabalho produtivo;
10. Trabalhando como princípio e virtude maior;
11. Encaminhar o imperador “com seu genio dócil e cordial para a compreensão da verdade e do bem”;
12. Inculcar na cabeça do imperador que ele é o soberano e que não pode ficar a mercê dos ministros, portanto deve-se inteirar do que ocorre na Corte tanto por periódicos, quanto por audiências (DEL PRIORE, 1999).

Só quem tinha acesso a essa educação eram as crianças da elite. Os meninos aos 7 anos de idade iam pra escola e de lá só saiam com seus diplomas de doutorado, e tinham um currículo bem carregado com aulas de filosofia, retórica, poética, religião, matemática, geografia, astrologia, cronologia, historia natural, geologia, ciências físicas, história, geografia descritiva, latinidade, língua alemã, língua inglesa, língua francesa, gramática geral e nacional, latim, desenho caligráfico, linear e figurado e música vocal. Uma segunda opção para esses meninos seria a formação militar no Colégio Naval, voltada para o desenvolvimento de uma postura viril e poderosa.

Já a educação das meninas começava na escola aos 7 anos e terminava por volta dos 14 anos na porta da igreja e incentivava o conhecimento doméstico e a maternidade, as habilidades manuais e dotes sociais para estabelecer domínio sobre o lar. Mas já em 1870 era encontrado um conjunto de disciplinas adicionadas ao seu currículo, como línguas nacional, francesa e inglesa, história antiga e moderna, aritmética e mitologia. Porém mesmo com esse currículo o que continuava sendo de grande importância era que essas meninas da alta sociedade tivessem habilidades nas línguas inglesa e francesa e com piano, desenho, tricô e

bordado.

Em combate o alto índice de mortalidade que começa a ser um problema para a sociedade, a medicina começou a ser espalhada e por isso a valorização do ar puro. Os colégios que antes se situavam nos centros das cidades, agora vão se distanciando ficando junto ao mar e com isso as crianças passam a ter aulas de exercício físico, banhos no mar, melhorando a saúde infantil.

O ensino das crianças escravas era para levá-las ao adestramento, até os 12 anos elas exerciam as atividades do trabalho como auxiliares e a partir dessa idade passavam de crianças para adultos prontos para o trabalho e para a vida sexual, pois nessa fase o adestramento já estava concluído. As crianças pobres eram transformadas em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, e até o fim do século XX o trabalho infantil é visto pelas camadas subalternas como “a melhor escola”.

Em São Paulo os filhos de operários e comerciantes contavam com institutos privados de recolhimento ligados à indústria e ao comércio que tinham como principal foco o ensino profissional. Os meninos e meninas que já tinham sido incriminados judicialmente não eram bem aceitos nessas instituições e então o Estado vê a necessidade de criar instituições públicas. Com o aumento da criminalidade em 1902 é elaborada a lei que autorizava o governo a criar um instituto disciplinar e uma colônia correcional. Essas colônias que procuravam a correção do indivíduo pelo trabalho, que de início era essencialmente agrícola, abrigava menores delinquentes de 9 a 14 anos e recebiam também aula de ginástica, instrução militar e educação cívica. Não havia momentos de lazer, brincadeiras e jogos eram proibidos, a metodologia usada era rígida e militarizada, meninas e meninos não tinham contato.

A partir de 1930, após a Abolição e Proclamação da República, a sociedade começa a ter ideias capitalistas e urbano industrial e vê a necessidade de formar mais mão de obra qualificada para essa nova sociedade industrial que chegava. Com a nacionalização das políticas sociais e centralização do poder a criança é vista como um adulto em potencial, a matriz, mas sem vida social ativa, e surgem alguns órgãos como o Departamento Nacional da Criança em 1940 e o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar em 1953 para amparar assistencialmente e juridicamente as crianças. Mas essa manifestação de bem estar não atinge a todos, as políticas sociais apenas reproduzem um sistema de desigualdades.

Na década de 60 e meados dos anos 70 há uma inovação na área da educação, o nível básico passa a ser obrigatório e gratuito além de ter uma extensão obrigatória de 8 anos. Mas como sempre essas mudanças não atingiam todas as classes e então começa a aparecer os

problemas vindos dessas exclusões: aumenta consideravelmente as evasão escolar e a repetência das crianças da classe pobre no 1º grau. Por isso institui-se a educação pré-escolar como forma de educação compensatórias para as crianças de 4 a 6 anos a fim de suprir as carências culturais existente na educação familiar dessa classe baixa. Essa pré-escola de início não possui caráter formal, não há contratação de professores qualificados e remuneração digna para um trabalho pedagógico sério, e chega com o objetivo principal de afastar as crianças pobres do trabalho servil.

Com a Constituição Federal de 1988 a educação passa a ser dever do Estado e na década de 90 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente para atender os direitos das crianças e adolescentes.

Como pode ser percebido, a concepção de infância e de criança até pouco tempo atrás não era uma definição difundida. A criança que antes não tinha voz, fala nem convívio social vai aparecendo aos poucos e conquistando seu espaço de acordo com o caminhar da sociedade que esta inserida.

1.2 Surgimento da concepção de infância e adolescência e seus direitos

O sentimento e o conceito que temos de infância e adolescência hoje, como uma fase particular de desenvolvimento, é uma noção muito nova, que surgiu a partir de lutas da sociedade civil para garantir direitos para os seres que estão nessa fase, e a consequente mudança nas políticas públicas destinadas a esse grupo.

Há pouco tempo atrás a legislação que tinha como alvo crianças e adolescentes era o Código de Menor. Porém as crianças e adolescentes ainda não eram vistos como seres detentores de direitos, e esse Código era destinado para aquelas que se encontravam em situação irregular, ou seja, o menor que estava privado das condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução, por falta, ação, omissão ou impossibilidade dos pais provê-las, as vítimas de maus tratos ou castigos, os que se encontravam em perigo moral, privados de representação ou assistência legal, com desvio de conduta ou autor de ato infracional (Art. 2º do Código de Menores, 1979). Portanto os olhares se voltam para os menores abandonados ou delinquentes, aqueles que precisavam de educação ou correção.

O Código Criminal do Império de 1830 definia que os menores de 14 anos não têm responsabilidade penal; os maiores de 14 e menores de 17 poderiam cumprir pena de cumplicidade se o juiz achasse justo e, até os 21 anos cabiam penas do tipo trabalhar nas galés como remadores. Na prática, a responsabilidade penal começava aos 7 ou 9 anos. Acreditando que esses menores atuavam com discernimento, o Código permitia que estes fossem

recolhidos em casas de correção, a critério do juiz, até os 17 anos. Mas como só no fim do século surgem casas de correção para menores, antes disso era comum o encaminhamento dessas crianças para a prisão. No plano civil a pessoa ficava submetida ao pátrio poder até os 21 anos, e no caso da ausência do pai era então confiada a um tutor, pelo juízo dos órfãos.

A República trouxe um esvaziamento do juízo dos órfãos. O novo Código Penal de 1890 estabelecia em 9 anos o limite mínimo da imputabilidade do agente do crime. Menor de 14 anos e maior de 9 anos só deveria ser punido se tivesse agido com discernimento, ficando submetido, nesse caso, a um regime educativo e disciplinar. O jurista Tobias Barreto fez uma relação entre conhecimento e responsabilidade. Ele acreditava que a consciência do ato dependia, em grande parte, do nível de instrução que a criança tivesse. O Brasil, segundo ele, tinha um péssimo sistema de ensino, então não poderia ser visto tal grau de consciência dos atos nos menores, e por isso defendia que a maioridade penal fosse estendida até os 18 anos.

Vemos durante a história que a palavra *menor* começa a aparecer no vocabulário jurídico brasileiro, a partir do século XIX e começo do século XX remetendo à idade, o *menor* era aquele que não tinha direito à emancipação paterna e não assumia responsabilidades civis ou canônicas. Depois da proclamação da Independência os termos *menor* e *menoridade* foram utilizados pelos juristas na determinação da idade como um dos critérios que definiam a responsabilidade penal do indivíduo.

Nos últimos anos da década de 1890 o termo já era amplamente usado pelos juristas e acabou caindo nas manchetes dos jornais, por conta dos aumentos da criminalidade. Os juristas procuravam importar da jurisprudência internacional modelos de legislação, estabelecimento e função dos tribunais da criança e modelos de instituições para recluir e disciplinar as crianças infratoras ou abandonadas.

Impregnou-se ao conceito do termo *menor* novas ideias e significados e, mais ou menos a partir de 1920, a palavra passou a ser usada para se referir às crianças em situação de abandono e marginalidade, absorvendo uma tendência preconceituosa, formulando a “Questão do Menor”, que levou ao Código de Menores de 1927, Decreto nº 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927, que submete o *menor* classificado como abandonado ou delinquente, menor de 18 anos de idade, às medidas de assistência e proteção. Esse Código determinava que os abrigos fossem divididos em alas femininas e masculinas, e os menores que fossem abrigados seriam subdivididos em seções de abandonados e delinquentes, distribuídos conforme o motivo do recolhimento, idade e grau de perversão.

A lei nº 5.258, de 10 de Abril de 1967, é criada para definir as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos que praticassem infrações penais; no ano seguinte surge a Lei nº 5.439

que a altera.

O Código de Menores prerroga um tratamento não diferenciado entre crianças, adolescentes e adultos. Constituindo-se principalmente como uma norma preocupada apenas com o controle social, desconsiderando a importância da reinserção social, da educação, cultura, liberdade, dentre outras necessidades básicas inerentes a infância e adolescência. Esse Código foi a primeira intervenção legal voltada para meninos excluídos. Se instaurava assim a Doutrina da Situação Irregular, pois esse instrumento legal definia o que seria feito para todo aquele que se encontrasse em situação irregular.

A partir da promulgação do Código de Menores tivemos vários outros marcos legais como respostas ao que se pensava sobre a infância.

Em 1941 criou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) cujo o tratamento utilizava-se da violência; em 1954 a Lei nº 2.705 cria o Recolhimento Provisório de Menores (RPM) destinado aos infratores. Depois, para tentar solucionar a questão do *menor* a Arquidiocese do Rio de Janeiro elabora uma proposta, mas que não efetivada.

Em 1964 criou-se a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM) para substituir o SAM, vinculada ao Ministério de Previdência e Assistência Social, sua função seria formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). No âmbito estadual foi criada a FEBEM (Fundação para o Bem-Estar do Menor). A PNBEM visava segundo Rodrigues (2001, citado por SOUZA, p.2): “proteção e amparo ao menor marginalizado, inclusive o infrator; preservá-lo do perigo que representa para si e para a sociedade, a manutenção de seu estado de carência afetiva e material”.

Essa Política Nacional do Bem-Estar do Menor sai da ideia do menor como uma ameaça social e passa a ter a ideia do menor carente e abandonado, porém ainda utilizando-se da lógica carcerária, e reafirmando a Doutrina da Situação Irregular. Sua proposta inicial era de corrigir as irregularidades do SAM, com uma proposta baseada no diálogo, mas o Brasil passava pela ditadura, o que fez com que os menores fossem alvos da repressão autoritária, antes que fossem cooptados pelos “subversivos”.

A pobreza, a marginalização e a não autoridade dos pais sobre seus filhos eram vistos como fatores que contribuía para que o adolescente se tornasse um infrator, por isso era dado ao juiz o poder de retirar os menores de suas famílias, vistas como desajustadas, para reeducá-lo e tratá-lo, antes que se tornasse um problema para a sociedade.

A partir de 1960 a questão dos jovens começa a ser mais nitidamente uma preocupação popular, e em meados dos anos de 70 a sociedade civil questiona o sistema de atendimento. Os movimentos sociais ocupam espaços para discussão e tentativa de melhorar os serviços

voltados para esse grupo específico da sociedade. Surgem os programas comunitários em alternativa à PNBEM, e os movimentos sociais fazem denúncias e propõem a defesa jurídica dos menores.

Em 1975 é instaurado a CPI do Menor Abandonado, o que significou mais na frente a falência da PNBEM. Em 1977 a Igreja cria a Pastoral do Menor que existe até hoje.

O ano de 1979 foi definido como o Ano Internacional da Criança e teve uma ampliação do debate sobre a infância e a promulgação do novo Código de Menores, Lei nº 6.697, de 10 de Outubro de 1979, que deveria atender as diretrizes da PNBEM. Nesse mesmo ano foi criado o Movimento de Defesa do Menor (MDM), com o objetivo de lutar pelos direitos da criança, e a Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa (CEI). Com a CPI e a CEI se instaura a Frente Nacional Parlamentar pela Criança.

Percebemos que esse é um novo período de mudanças na concepção da infância e adolescência. O menor, objeto de intervenção do Estado, passa a ser visto como um sujeito de direitos.

Ao completar 18 anos o interno deveria sair da FUNABEM e saía sem qualquer apoio, sem que houvessem feito qualquer tipo de trabalho com as famílias. Aquele que era o menor assistido passava a ser de repente o maior responsável, mas sua reinserção social era muito difícil, pois o vínculo com a família e com a sociedade já havia se rompido. Por isso esses ex-alunos se reuniram e criaram, na década de 80, uma associação para denunciar essa situação: a Associação dos ex-alunos da FUNABEM (ASSEAF). Em 1984 integrantes da ASSEAF realizaram uma passeata reivindicando o direito de criança ser criança, e não *menor*.

No ano de 1985 aconteceu o I Encontro Nacional de Grupos Locais, constituindo a Assembleia de criação do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, no ano seguinte foi realizado o Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, onde os próprios meninos e meninas tiveram voz e decisão.

Nesse período se questiona a Doutrina da Situação Irregular e se debate a necessidade de uma mudança no paradigma, fazendo surgir a Doutrina da Proteção Integral, ao mesmo tempo em que há um movimento para a redemocratização brasileira. Essa mudança também colabora para o desenvolvimento de uma filosofia e metodologia baseados em Paulo Freire para se trabalhar com as crianças e os jovens nas ruas.

Duas emendas populares (“Criança e Constituinte” e “Criança Prioridade Nacional”) resultaram na materialização de direitos voltados para crianças e adolescentes no corpo da Constituição Federal de 1988. Esses artigos foram feitos baseado na Doutrina da Proteção Integral, fundamentada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, que já trazia a ideia

de universalização dos direitos para todos, sem distinção de qualquer espécie, independente de raça, cor, sexo, língua, opinião, origem social, ou qualquer outra condição.

No ano de 1990 aconteceu o II Encontro de Meninos e Meninas de Rua; estes foram ao Congresso Nacional e fizeram a aprovação simbólica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esse fato foi um grande acontecimento político e social que repercutiu internacionalmente. Nesse mesmo ano o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, que também deu ênfase nos direitos que deveriam ser viabilizados para todos que estivessem na infância, devendo oferecer proteção e assistência especial, pois "a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento" (Preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança).

A Convenção trás o direito de a criança ser ouvida, o direito à educação e a responsabilidade do Estado em oferecer serviços de creches para que os pais possam trabalhar, ensino primário obrigatório, e o desenvolvimento do ensino secundário e superior. Em seu artigo 37 ela se refere aos casos em que a criança precise ser privada da liberdade, devendo nesse caso ficar separada de adultos, o que reafirma a necessidade de criar instituições apropriadas e voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, e no artigo 39 o dever de se fazer a reintegração social de toda criança vítima de abandono, exploração ou abuso, tutela ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, devendo essa reintegração ocorrer em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, que sofreu algumas alterações recentemente, pela Lei nº 12.010 de 2009, surge nesse contexto de expectativas com relação à democracia e direitos humanos. Podemos dizer que o ECA é criado no seio de uma tendência mundial em considerar as especificidades desta fase do desenvolvimento humano. Aquele que era visto como menor incapaz agora é visto como sujeito de direitos.

Conseguimos observar então que o termo *menor* foi sendo aplicado dentro de uma lógica de vigilância e controle social, utilizado cada vez mais para se referir ao delinquentes e abandonados. Os grupos de discussão sobre o tema foram deixando de usar esse termo, e hoje percebemos que o termo é usado somente para se referir aos filhos dos pobres, das classes mais abastadas, por ser carregado de preconceitos. A própria mídia quando vai se referir a algum ato infracional fala em *menor*, e quando vai se referir a jovens sem nenhum conflito com a lei fala em criança e/ou adolescente. Por isso o movimento em prol da infância e adolescência vem rejeitando esse termo, entendendo que todas as crianças e adolescentes, sem

discriminação, necessitam de uma assistência especial, por se tratar de uma fase peculiar do desenvolvimento humano.

O ECA fundamenta-se nas peculiaridades da fase de desenvolvimento da criança e do adolescente e exalta importância desta fase para a constituição do sujeito. Desse modo, as crianças e adolescentes são compreendidos como cidadãos completos, com os mesmos direitos dos adultos, além dos direitos referentes à sua especial condição de pessoas em desenvolvimento que merecem proteção diferenciada tendo em vista que são mais vulneráveis que os adultos.

No Estatuto se classifica como criança a pessoa com até doze anos incompletos, e adolescente aquele que tem entre doze e dezoito anos, sendo os menores de quatorze anos de idade proibidos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. Ainda é garantido à toda criança e adolescente direitos à: vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à informação, diversão, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, à liberdade de opinião, expressão, crença e culto religioso, de brincar, praticar esportes e divertir-se, participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação, participar da vida política, na forma da lei, buscar refúgio, auxílio e orientação, ao respeito à sua integridade e inviolabilidade física, psíquica e moral, à preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias, dos espaços e objetos pessoais, direito de ser criado e educado preferencialmente no seio da sua família e na impossibilidade em família substituída, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (Artigos 4º, 16, 17, 19 e 71 do ECA).

A partir dessa legislação todos são responsáveis por velar pelos direitos da criança e do adolescente, devendo o Estado assegurar:

"o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (Art. 54, ECA).

A linha de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente prevê medidas protetivas, caso algum direito esteja sendo violado, que compreende o

encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar; ou colocação em família substituta (Art. 101 do ECA). Prevê ainda medidas sócio-educativas, em caso de prática de ato infracional, quais sejam: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das medidas protetivas, com exceção do acolhimento institucional, acolhimento familiar ou família substituta (Art.112 do ECA)

A questão da medida protetiva de acolhimento institucional foi o objeto de escolha do meu relato de experiência, devido ao comprometimento profissional nesse campo de atuação.

No próximo capítulo pretendo esclarecer o que é esse sistema de acolhimento institucional, sua proposta e como ele funciona. Finalizo caracterizando o Abrir, entidade pública de acolhimento institucional do Distrito Federal.

CAPÍTULO 2

O SISTEMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Esse capítulo se dedica a explicitar como funciona essa medida protetiva de acolhimento institucional, em que casos ela ocorre e como deve ser ofertado esse serviço. Também contextualizo uma instituição de acolhimento situada no Distrito Federal, denominada Abrigo Reecontro, sua estrutura de funcionamento e coloco um breve histórico dessa unidade.

2.1 O que é um sistema de acolhimento institucional

De acordo com nossa Constituição Federal de 1988 a assistência social é um direito subjetivo que deve ser prestado independente de contribuição à seguridade social a quem necessitar (Art. 203). Para isso foi elaborado a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) que prima por uma nova concepção de assistência social, aquela com duplo sentido: suprir a necessidade de quem precisa e incentivar a capacidade de autonomia; portanto ela pretende deixar de ter um caráter assistencialista e passar a ser provedora da emancipação e do desenvolvimento humano. Em situações de risco, a linha de ação procura promover tanto a promoção ao acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até a inclusão em redes sociais de atendimento e solidariedade. Um dos maiores ganhos que a área da assistência social teve recentemente foi a transformação de uma política que antes era de Governo, para uma Política de Estado, dessa forma mesmo com as mudanças de governos as ações têm continuidade, por não depender dele.

Aliado à nossa Constituição tem-se o ECA que preconiza os direitos da criança e do adolescente, entendendo que criança é a pessoa com até doze anos incompletos e o adolescente aquele entre doze e dezoito anos, sendo aplicado também o mesmo Estatuto em casos específicos até os vinte e um anos de idade. No já citado art. 3º do Estatuto, é colocado que tanto a criança como o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, portanto nossa assistência social também deve possuir formas de atendimentos específicos para esse público.

Entendendo que é dever da família, comunidade e do poder público assegurar a todas as crianças e adolescentes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, sendo essa convivência em um ambiente livre de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes, serão criados mecanismos para o seu devido acolhimento e

também o atendimento à suas famílias, sempre que for necessário. O ECA em seu art. 98 dita quando crianças e adolescentes entrarão em medidas de proteção:

“Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III - em razão de sua conduta”.

O serviço de *Proteção Social Especial de Alta Complexidade* garante uma proteção integral do indivíduo, desde moradia, alimentação, higienização e proteção para aqueles que estão sem referência familiar ou em situação de ameaça. Dentro do campo de proteção social especial de alta complexidade - destinada a atender indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, em uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua ou de trabalho infantil, dentre outras - existe a modalidade de acolhimento institucional (Lei nº 12.010 de 2009). Somente a falta de recursos materiais de uma família para atender a criança ou adolescente não se estabelece como motivo da perda ou suspensão do poder familiar, porém nos casos de violência ou exploração praticada pela família ou responsável é garantido em caráter excepcional o afastamento do convívio familiar, passando a ser atendido então por essas medidas protetivas.

O espaço de acolhimento institucional se propõe a oferecer um acolhimento provisório por meio de medida protetiva para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar em função de abandono, exploração ou maus tratos na família, ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que sejam sanados os motivos que deram origem ao acolhimento e resgatado o vínculo com a família, ou na impossibilidade, o encaminhamento para uma família substituta.

As medidas protetivas seguem alguns princípios como: a compreensão da condição da criança e do adolescente como titulares de direitos, devendo à eles ser oferecido uma proteção integral e prioritária, onde sempre irá prevalecer o interesse superior da criança e do adolescente, sendo respeitada sua privacidade. A medida de acolhimento institucional deve ser feita em último caso, dando preferência à manutenção da criança ou adolescente no seio de sua família natural ou extensa, ou não sendo possível, sua alocação em família substituta. Tanto a criança e adolescente como seus responsáveis têm direito a ser ouvido e a participar das decisões das medidas de proteção, a criança e o adolescente inclusive tem o direito de ser informados dos motivos que geraram a intervenção respeitado seu estágio de desenvolvimento

(Art. 100, Parágrafo único, ECA).

As entidades de acolhimento são fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

2.2 Como funciona o sistema de acolhimento institucional

O acolhimento institucional se constitui uma medida provisória e excepcional, sem a privação de liberdade, que visa realizar a reintegração familiar e, na sua impossibilidade, a colocação em família substituta. No art. 19 do Estatuto coloca que toda criança ou adolescente inserido em programa de acolhimento institucional terá sua situação reavaliada a cada seis meses, no máximo, por meio de relatórios feito por equipe interprofissional para decidir a possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. E para atender o princípio da brevidade a medida de acolhimento institucional não exederá dois anos, salvo comprovada necessidade fundamentada.

Não serão separados os grupos de irmãos, salvo comprovada a existência de fatores que representem riscos, devendo ser evitado o rompimento definitivo dos vínculos fraternais. Preferencialmente o acolhimento é feito no local mais próximo à residência dos pais ou responsáveis, para facilitar a reintegração. Ao mesmo tempo em que é ofertado um suporte à criança e ao adolescente, suas famílias também recebem tal suporte, sendo inseridas em programas de orientação, apoio e promoção social.

Essa modalidade de proteção atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, de ambos os sexos e independente de serem ou não portadores de HIV ou deficientes.

Existem alguns princípios estruturantes desse atendimento alocados nas *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* que devem ser seguidos, destacamos a excepcionalidade e a provisoriedade do afastamento do convívio familiar, a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação, oferta de um atendimento personalizado e individualizado, garantia de liberdade de crença e religião, e o respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem.

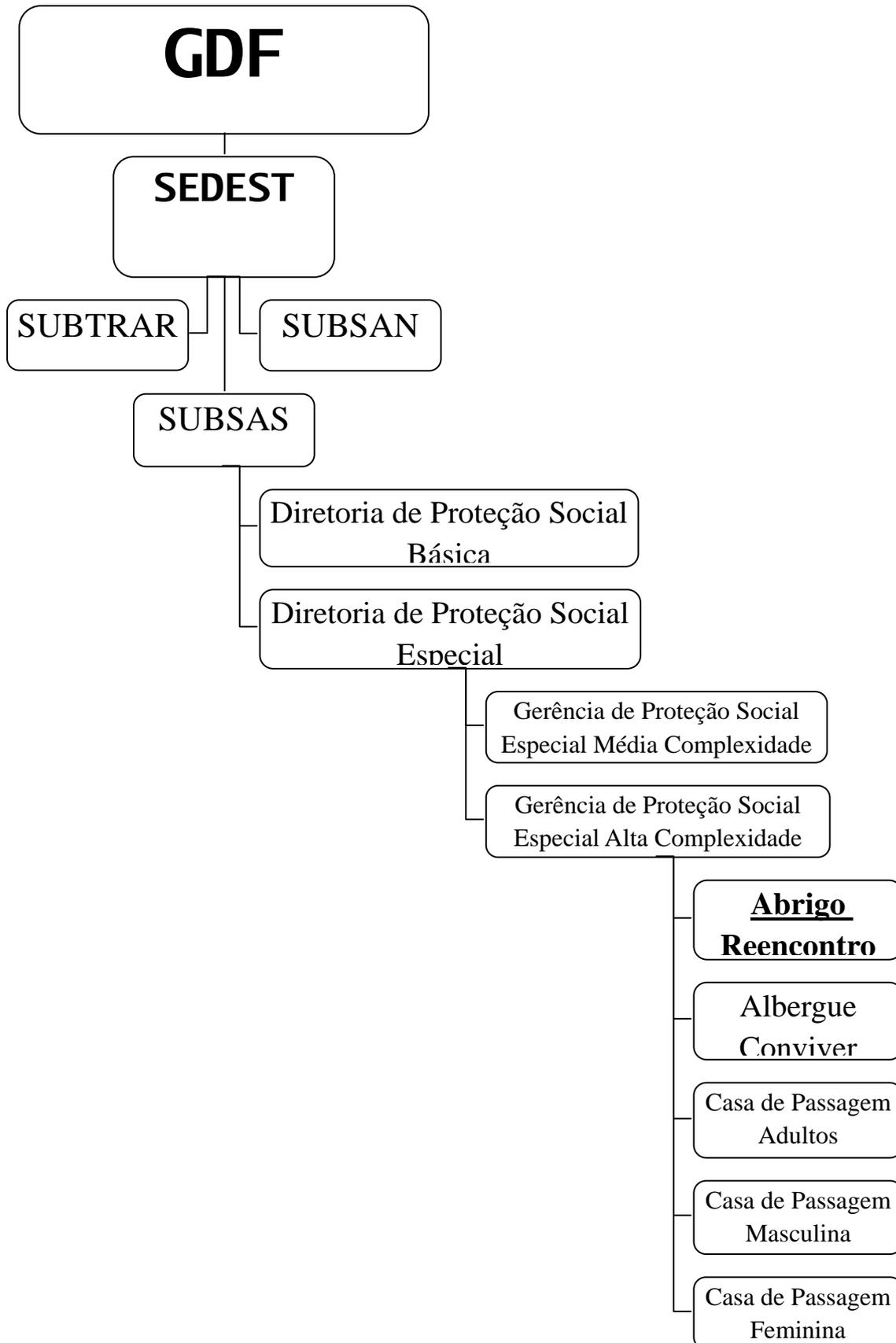
A proposta é que se localize em áreas residenciais, seguindo o padrão arquitetônico das outras casas e sem identificação institucional.

2.3 Caracterização da instituição Abrire – Abrigo Reencontro

Temos no GDF (Governo do Distrito Federal) a SEDEST: Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, responsável pela gestão da Política

Pública de Assistência Social no Distrito Federal. A SEDEST tem por sua vez três subsecretarias, quais sejam: SUBSAS – Subsecretaria de Assistência Social - , SUBSAN – Subsecretaria de Segurança Alimentar – e a SUBTRAR – Subsecretaria de Transferência de Renda. Por fim, na estrutura orgânica da SUBSAS existe a Gerência de Proteção Social Especial que engloba a Gerência de Acompanhamento da Alta Complexidade, da qual faz parte o Abrigo Reencontro (Abrire). A imagem da próxima parte tenta explicar visualmente essa estrutura, de forma resumida, para facilitar a localização da instituição no organograma do GDF.

Organograma localizando o Abrigo dentro do GDF



Adaptado pelo autor.

O Abrigo Reencontro constitui uma unidade pública estatal de prestação de serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, previstos na PNAS. A portaria nº 56, de 11 de março de 2009, que dispõe sobre o funcionamento e organização do Abrigo, em seu artigo 3º coloca as competências da instituição:

“Art. 3º - As competências do Abrigo Reencontro, estabelecidas no Regime Interno da SEDEST, aprovado pelo Decreto nº 28.026, de 08 de junho de 2007 são:

I. acolher, provisoriamente, crianças e adolescentes privados do direito fundamental à convivência familiar e comunitária, em decorrência de cumprimento de medida protetiva, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;

II. proporcionar proteção, cuidados e atendimento integral adequados às crianças e adolescentes acolhidos, até a efetivação do seu desligamento, considerando suas especificidades como faixa etária, gênero, situação de deficiência, outros agravos de saúde, entre outras;

III. estabelecer mecanismos e instrumentos que assegurem a participação das crianças e dos adolescentes abrigados, no planejamento das ações da unidade;

IV. manter articulação com os órgãos governamentais e não governamentais cujos interesses sejam compatíveis com o desenvolvimento das ações afetas ao regime de abrigo;

V. promover processos educativos que assegurem o desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, priorizando sempre sua reintegração familiar e comunitária;

VI. garantir a integridade física das crianças e dos adolescentes durante o período de permanência no abrigo;

VII. assegurar a oferta de apoio psicossocial às crianças e aos adolescentes abrigados, para superação dos danos decorrentes das situações de violação de direitos;

VIII. garantir a convivência comunitária dos abrigados, por meio de sua inclusão na escola e em atividades complementares tais como cultura, esporte e lazer, iniciação profissional, cursos profissionalizantes, oficinas terapêuticas e ocupacionais;

IX. atuar de forma articulada e integrada com os Conselhos Tutelares e Vara da Infância e Juventude;

X. abrigar crianças e adolescentes, em caráter excepcional e de urgência, conforme previsto na legislação vigente;

XI. manter articulação com as demais Unidades da Secretaria visando à complementaridade das ações;

XII. executar convênios específicos da natureza do atendimento do abrigo;

XIII. adotar medidas que visem o restabelecimento e preservação dos vínculos familiares, ou na sua impossibilidade, o estabelecimento de novos vínculos;

XIV. promover o desenvolvimento de ações que viabilizem a autonomia das crianças e dos adolescentes, de forma a prepará-los para o desligamento da unidade;

XV. manter articulação com os Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS do território de sua localização;

XVI. criar mecanismos e procedimentos que assegurem o registro e a preservação da história pessoal de cada criança e adolescente abrigado;

XVII. prestar assessoramento à Gerência de Proteção Especial de Alta Complexidade, em matérias de sua competência;

- XVIII. subsidiar a elaboração do orçamento anual da Subsecretaria de Assistência Social; e
XIX. executar outras atividades inerentes a sua área de competência, que lhe forem designadas”.

Dentre essas competências é importante destacar que o acolhimento institucional é provisório, realizado em caráter de excepcionalidade e urgência, ou seja, essa medida protetiva deve ser tomada em última hipótese e deve durar no máximo dois anos, salvo necessidade justificada. O atendimento prestado para os acolhidos deve ser integral, abarcando suas necessidades de sobrevivência, educação, lazer, cultura, esporte e profissionalização, além de atendimento que assegure seu desenvolvimento biopsicossocial, a integridade física e a reintegração familiar ou comunitária. Para tanto é importante a articulação com outros órgãos e com as unidades da Secretaria, como CRAS e CREAS, no sentido de viabilizar a integralidade do atendimento e também sanar os motivos que deram origem ao acolhimento, dando suporte para a família para esta se empoderar e poder receber a criança ou adolescente de volta, se for o caso.

Outra responsabilidade importante da instituição é preparar o acolhido para o desligamento. Desde o dia que a criança ou adolescente chega na unidade deve-se garantir e preservar seus vínculos familiares ou proporcionar o estabelecimento de novos, viabilizar a convivência comunitária, ao mesmo tempo em que se desenvolve sua autonomia, para que não aconteça como os ex-internos da FUNABEM, que saíam de lá com todos os vínculos rompidos e com uma possibilidade de inserção social baixíssima.

Os registros, constando todos os documentos pessoais do acolhido, informações anteriores ao acolhimento e durante este devem ser preservados, para que não fique um vazio na história da criança ou do adolescente que é acolhido. O período em que este passa na instituição faz parte de sua história, e se não preservada pode interferir na construção da identidade do sujeito.

O Abrigo Reencontro possui uma estrutura composta atualmente (até o fechamento deste trabalho) de 3 casas lares centralizadas na unidade – são elas Casa Lar Laranja, Casa Lar Magia dos Sonhos e Casa Lar Bela Infância – e mais 4 casas lares descentralizadas – Casa Lar do Guará, Casa Lar do Recanto das Emas, Casa Lar do Gama e Casa Lar da M. Norte. Quando comecei a trabalhar lá durante meu estágio da fase 1 do projeto IV a disposição era diferente, havia 5 casas centralizadas na unidade, porém duas foram desativadas por causa de rebeliões e incêndios, tornando-se impróprias para moradia, e havia 3 casas descentralizadas; foi inaugurada portanto uma casa, a da M. Norte.

As dependências do Abrire é bem vasta, mas não muito bem conservada e aproveitada.

Além das casas lares (3), temos na própria unidade mais duas casas lares interdidadas, uma casa lar destina ao pernoite, um administrativo (local onde fica a direção, coordenação, recepção, arquivo, técnicos, enfermeira, costureira, demais servidores, lavanderia, sala de reuniões e sala de acolhimento), um lactário (onde são preparadas as comidas especiais, ou seja, comidas para os bebês e para quem têm restrição alimentar), um socioeducativo (local onde tem mesas para execução de tarefas escolares ou de artesanato, revistas, som, jogos e o laboratório de informática), garagem (onde ficam os carros da unidade), almoxarifado, um salão de múltiplas funções, uma quadra de esporte, um campinho, um quiosque, quatro parquinhos de areia e uma extensa área verde (Anexo I)

Todo o suporte que encontramos na unidade (carros, técnicos, lactário...) atende também as casas lares descentralizadas. Como estamos periodicamente passando por mudanças na Secretaria e conseqüentemente na instituição, essas informações logo após o término do trabalho podem estar desatualizadas. Sobre as crianças e adolescentes que moram nas casas não é possível ter um dado fixo, nas casas descentralizadas o efetivo é mais uniforme, mas no Abrire central o efetivo varia muito.

2.4 Breve histórico do Abrire

Na tentativa de resgatar a história dessa instituição de acolhimento busquei junto ao arquivo documentos sobre a inauguração, sobre os planos de ação e mudanças ocorridas. Muitos documentos estão perdido, e por isso não foi possível montar um histórico rico em informações, tendo várias lacunas, inclusive sobre como a instituição chegou a ter o nome que tem hoje.

Conseguí reunir os seguintes documentos: *Regimento interno do Centro de Recepção, Triagem, Colocação e Acompanhamento de Crianças e Adolescentes (1991)*; *Plano de Ação do Centro de Recepção e Triagem – CRT – do ano de 1998*; *Plano de Reordenamento do Centro de Abrigamento Reencontro – CEAR (Abril, 2001)*; *Plano de ação para implantação do modelo gerencial de gestão compartilhada CEAR/Casa do Caminho (atendimento em sistema de Casas Lares com mães sociais) - Outubro, 2004* e *Regimento Interno do Abrire (Janeiro, 2010)*. A partir das informações presentes em cada um dos documentos tentei montar uma linha histórica sobre o Abrire.

O Abrire foi inaugurado em 1971, chamado inicialmente de Centro de Recpção e Triagem (CRT), sob a égide da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, atendendo disposições do Código de Menores. Era um órgão de execução diretamente subordinado à Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social (FSS-DF), já extinta. As casas lares

eram divididas em: berçário, casa masculina, casa feminina e casa de excepcionais.

O CRT recebia crianças e adolescentes em situação irregular, fazia a triagem, que era o estudo de caso social e familiar preliminar, no prazo máximo de noventa dias, e ao final os abrigados eram reintegrados à sua família, colocados em famílias substitutas ou transferidos para entidades Não Governamentais ou recambiadas se fossem oriundos de outras localidades. A clientela chegava encaminhada pelo SOS criança, Vara da Infância, Conselhos Tutelares, Delegacias de Polícia, Polícia Militar e outros órgãos extintos.

O serviço era caracterizado pela provisoriedade; a triagem “escoava” a demanda, esvaziando os alojamentos que recebiam rotineiramente mais crianças e adolescentes. O CRT era uma instituição de atendimento provisório, e as entidades não governamentais deveriam realizar o atendimento permanente.

As crianças e adolescentes abrigadas eram privadas de liberdade, sendo portanto uma grande preocupação os mecanismos de prevenção de fugas. Os que fugiam geralmente eram recolhidos pela polícia e por esta reencaminhados ao CRT. Eram reencaminhadas ao CRT também aqueles que haviam sido reintegrados, colocados em famílias substitutas ou abrigados em outras entidades, que não se adaptavam, gerando um contingente que não eram alcançados pela intervenção, pois não permaneciam nas famílias, nem nas instituições, sendo triados repetidamente. A rua foi a alternativa. Na condição de menores de rua as crianças e adolescentes se afastavam mais e mais de suas famílias, comunidade e instituições.

Depois o CRT deixa de atender meninos entre doze e dezoito anos por serem mais suscetíveis à vivência de rua. Esse fenômeno se origina por não existir um apoio efetivo às famílias para a melhoria das condições materiais e afetivas. Portanto era a única unidade da FSS-DF com a função de abrigamento e triagem de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, do sexo feminino, e de 0 a 12 anos do sexo masculino. Inicialmente as crianças e adolescentes foram para a rua por falta de alternativas e procuravam apenas por um local para sobreviver, com o passar do tempo estabeleceu-se uma rede que o apoiava na rua, que envolvia situações de contravenção, uso e tráfico de drogas, prostituição, furto, roubo, dentre outros.

Percurso dos abrigados no CRT: no primeiro momento o atendimento consistia em acolher e assistir suas necessidades, depois passam a ser alvo dos programas de privação de liberdade, caso tivessem se delinquido, e dos serviços de proteção social, para aqueles que na fase adulta passou a viver em situação de rua.

Nas suas dependências havia setor médico odontológico que fazia o atendimento do recém-chegado, atendia em caráter emergencial as crianças e adolescentes e marcava consultas nos hospitais, bem como acompanhava tratamentos e avaliava periodicamente a

situação médica odontológica dos internos (termo presente nos documentos da época do CRT); um núcleo pedagógico ao qual era delegado a responsabilidade de promover reforço escolar, fazer contato com os órgãos e entidades da comunidade para realizar eventos socioculturais e educativos, criar condições de trabalho para as crianças e adolescentes, como meio de formação de seu caráter e personalidade, propiciar atividades de recreação e lazer, dentre outras atividades relativas a essa área.

A refeição era preparada na cozinha e servida em um refeitório coletivo. Os danos que as crianças e adolescentes causassem deveriam ser reparados por estes através do trabalho. Na portaria eram realizadas vistorias nas crianças e adolescentes que ingressassem no CRT.

No regimento do CRT de 1991 coloca-se a necessidade de se divulgar a nova concepção de criança e adolescente como sujeito de direitos, e em seu artigo 20 traz os direitos das crianças e dos adolescentes abrigados (termo usado no documento). O artigo 21 coloca os deveres, o 22 as proibições e o 23 as punições, que seriam: I – Advertência; II – Deixar de assistir televisão; III – Não ir aos passeios e diversões; IV – Não participar de atividades recreativas e esportivas; V – De permanecer em determinado espaço; VI – De realizar determinada tarefa, típica e compatível à faixa etária e VII – Cancelamento de saídas.

No Plano de Ação do CRT do ano de 1998 encontramos que os motivos que causam o abrigo estão ligados a problemas nas famílias relacionados a: pobreza, alcoolismo, negligência, maus tratos, abuso sexual, migração, desestruturação familiar, desemprego, fragilidade dos vínculos afetivos, impossibilidade temporária da família. A capacidade de atendimento era de 200 crianças por mês. Contando com uma estrutura com três casas lares, um berçário (berçário I, II, III, cozinha, lactário e setor de estimulação), uma cozinha (com um refeitório), almoxarifado, administração (direção, gerência, sala de telefonia, triagem, lavanderia, triagem do berçário), setor de saúde (consultório odontológico e espaço para atendimento médico a ser reestruturado), escola multisseriada, três prédios desativados (dentre eles o núcleo de lazer, transformado em depósito de colchões e materiais inutilizados), uma quadra de esportes, muro cercando três lados da reforma, uma guarita a ser reformada e um setor agropecuário (horta, viveiro de mudas, minhocário e plantação de milho irrigado).

Os acolhidos recebiam visitas às quartas e sextas, e além de visitar recebiam atendimento técnico individual para detectar e solucionar os motivos que deram origem ao abrigo e encaminhar as famílias para os devidos atendimentos.

O colocação nas casas era de acordo com a faixa etária. Neste documento consta a faixa etária das crianças que eram acolhidas no berçário, de 0 a 4 anos, nas casas lares, de 5 a 8 anos/ de 9 a 12 anos/ e de 13 a 18 anos incompletos, esta só feminina e com excepcionais

com mais de 18 anos.

Na estrutura do CRT, além contar com o consultório existia a Escola Multisseriada, cujas professoras são vinculadas à Fundação Educacional do DF, o Setor de estimulação que atuava no berçário para amenizar os atrasos no desenvolvimento psicomotor existente devido à desnutrição, problemas de saúde, ou pela privação do convívio familiar. Esse serviço se justificava porque a privação do convívio familiar associado ou não a maus tratos, negligência, abuso e outras formas de agressão, deixam sequelas importantes como a perda de autoestima e do instinto de autopreservação, sensação de abandono e perda, depressão, atraso no desenvolvimento psicossocial e motor, distúrbios de afetividade, perda de apetite, culpa (no caso de abuso sexual), tristeza, entre outros.

O CRT muda de nome e passa a ser CEAR (Centro de Abrigamento Reencontro), serviço prestado pela Secretaria de Estado de Ação Social (SEAS-DF) pela Gerência do Programa de Proteção Especial subordinada à Diretoria de Assistência Social.

No seu Plano de Reordenamento, de 2001 foi colocada a dificuldade de manter parcerias com as Unidades Operativas da Secretaria e com Entidades Não Governamentais. O atendimento que vinha sendo realizado pelo agrupamento de crianças e adolescentes pelo sexo e idade estava implicando muitas vezes a separação de grupos de irmãos. Foi identificado que não havia uma unidade metodológica de intervenção, e que atuava no antigo modelo de triagem, remanejando crianças e adolescentes por entre os abrigos. Tal ação estaria reforçando a institucionalização e a acomodação da família. A reintegração familiar ou colocação em família substituta fica comprometida, ao invés de estar priorizando a colocação familiar está contribuindo para a manutenção de crianças e adolescentes nos abrigos. Os princípios do ECA não tem sido observados, contrariando o paradigma da proteção integral, justificando-se assim a necessidade do reordenamento.

Esse plano lança estratégias de implementação de Casa Lares como unidades residenciais, com características de casas comuns, para atender pequenos grupos de crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 18 anos, devendo residir com estes o casal ou “pais sociais”, representando um modelo familiar e garantindo assim as figuras parentais. Em 1999 já tinham elaborado um outro Plano de Reordenamento, mas ainda não havia se efetivado por inteiro.

Os módulos destinados ao refeitório e lavanderia passam a se adequar na perspectiva de fornecer apoio às Casas Lares. As instalações do berçário e as instalações destinadas às atividades técnico-administrativa passam a ser locais para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, Núcleo de Apoio Técnico e recepção. Serviços de saúde, educação e

profissionalização devem ser garantidos na comunidade.

Em 2004 lança-se mão de um Plano de ação para implantação do modelo gerencial de gestão compartilhada CEAR/Casa do Caminho (atendimento em sistema de Casas Lares com mães sociais) com estratégias operacionais para direcionar a implantação do modelo gerencial de gestão compartilhada com a Entidade de Assistência Social Casa do Caminho.

Nesse Plano é colocado que nos últimos 10 anos houve muitos esforços para reordenar os abrigos para a garantia do cumprimento das disposições existentes no ECA, porém ainda se fazia necessário avançar.

O plano de 2001 parece não ter se efetivado, pois nesse novo plano ainda não colocadas as mesmas necessidades do anterior, tais como: reordenação das casas lares, contratação de mães sociais, substituir a lógica de agrupamento dos abrigados por sexo e idade pelo atendimento em casas de até 12 crianças e adolescentes em cada casa de sexos e idades variadas. O que esse plano trás de novo é a importância do envolvimento da sociedade com o Estado na promoção do serviços, por não ser suficiente apenas a intervenção estatal, para tanto é direcionado como ocorrerá essa gestão compartilhada com a Casa do Caminho. Não foi possível descobrir se essa gestão compartilhada chegou a ser estabelecida, pois muitos dos documentos estão perdidos.

Foi elaborado em maio de 2005 um documento definindo o *treinamento de mãe social e auxiliar social com atuação nas Casas Lares do CEAR*. Esse treinamento seria ainda em caráter seletivo e ministrado para as candidatas que foram consideradas aptas após passar por entrevistas. O treinamento foi organizado de forma a totalizar 32 horas, e devendo ao final classificar 12 candidatas para as vagas de mãe social. Essas candidatas selecionadas ainda participariam de um treinamento conforme preconizado no artigo 8º, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei 7.644/87 que regulamentava a atividade de mãe social.

E finalmente em algum momento o CEAR muda o nome para Abrire (Abrigo Reencontro), mas não foi possível detectar o ano exato dessa mudança, nem os motivos para a troca do nome. Em 2010 saiu o regimento interno, que foi construído quando eu já estava na instituição. Ele foi fruto de algumas discussões entre os interessados em participar. Nele consta procedimentos para a entrada de crianças e adolescentes no Abrire, que serão encaminhadas pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, procedimentos para situações de evasão, rotina dentro das casas, e como agir em casos de porte de arma branca, porte de arma de fogo, brigas entre os acolhidos, rebelião e invasão de estranhos.

No capítulo seguinte trago algumas mudanças que ocorreram desde que comecei minha experiência no Abrire, algumas das dificuldades encontradas e tentativas de realizar um

trabalho mais qualificado. Esse relato foi baseado em uma vivência de dois anos a partir de minha experiência pessoal como cuidadora social nessa instituição.

CAPÍTULO 3

RELATO DE VIVÊNCIA NO ABRIRE

Após todo um estudo na área da política voltada para crianças e adolescentes e seus direitos e deveres no Brasil, pude experienciar como se dá a aplicação da medida de acolhimento institucional no Abrigo Reencontro – Abrire –, instituição governamental do Distrito Federal (DF), com a sede em Taguatinga. Essa medida de acolhimento é uma alternativa para casos em que crianças ou adolescentes estão com seus direitos violados e precisam, em último caso, se afastar do seio familiar, medida esta que deveria ser pautada nos princípios de excepcionalidade, brevidade, e vinculado com um trabalho com a família.

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Art. 101 § 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

Tive a oportunidade de trabalhar nesse local por meio de um concurso público para a função de Técnico em Assistência Social, ocupando o cargo de Cuidador Social. Esse concurso foi um fato histórico para essa instituição do DF. Antes disso havia contratados temporários para a execução do serviço, que antes eram chamados de “mães-sociais”. Com a promulgação da NOB-RH/SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas) veio o nome cuidador social, mas até o ano de 2009 nunca havia sido feito um concurso público para o preenchimento do cargo.

Em nossa capacitação, antes mesmo de conhecer o lugar que iríamos trabalhar, foi revisto grande parte das políticas públicas para as crianças e adolescentes, como se dá o desenvolvimento infantil e as atribuições que teríamos. No item 2.1.2 do edital constava as seguintes atribuições:

2.1.2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: executar atividades de proteção social especial em unidades de alta complexidade, relacionadas ao acolhimento, e assistência às crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência sob seus cuidados; e importância das normas de convivência comunitária;

exercer papel de mediador de conflitos; participar e contribuir para o processo de reintegração familiar dos usuários e colocação em família substituta, ou similares; participar da vida escolar dos assistidos; zelar pela integridade física, emocional e mental das crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência; auxiliar na construção da autonomia e da autogestão dos usuários; participar de programas de treinamento; executar outras atividades de interesse da área (Edital Nº 1 do Concurso Público 2/2008 – SEDEST).

Atribuições estas que muito teriam a ver com a área da Pedagogia e Psicologia, principalmente. Por conta disso, muitos psicólogos, pedagogos e estudantes das duas áreas ficaram bastante interessados e estes foram a maioria dos aprovados, além de outros.

Todos nós tínhamos no imaginário a intenção de realmente poder atuar na proteção, mediar conflitos, intervir junto com as famílias para a reintegração familiar e incentivar a autonomia e autogestão das crianças e adolescentes.

Na nossa posse e capacitação tivemos o primeiro balde de água fria, onde a então secretária da SEDEST e mediadores do curso de capacitação que faziam parte da Gerência da secretaria nos disseram que na verdade o nosso trabalho não seria esse; na prática nós teríamos que lavar e passar roupa, cozinhar, lavar casa e limpar bumbum de criança, nada mais que isso, que não precisaríamos nos importar com reintegrações, pois não seria o nosso trabalho, e quem estivesse insatisfeito que já pedisse exoneração, porque os contratados estavam fazendo isso de muito bom coração.

Houve diversos desacordos entre o que estava no edital e o que foi apresentado para nós. Aquele não dizia onde iríamos ser lotados, apesar de o Abrire ser o único local onde cuidadores sociais pudessem ser lotados; a carga horária que constava no edital era de 30h semanais, e não dizia nada sobre plantão, e quando fomos tomar posse foi passada a informação de que éramos obrigados a assinar um documento pedindo 40h, caso contrário a posse não seria realizada, com muito embate alguns resistiram e ficaram com as 30h, e então nos foi apresentado que trabalharíamos em uma escala de 12h/36h (trabalha 12 horas e descansa 36 horas), quem tivesse optado pelas 30h ficaria no final da fila para escolha das casas porque essa carga horária não servia para a secretaria, e trabalharia de madrugada; o problema para adequar vida pessoal e de estudante com o plantão seria nosso, precisaríamos priorizar o trabalho e dar conta do horário, a princípio não seria concedido horário especial, também por não ser interessante para a secretaria.

Todas essas questões foram passadas de tal forma que foi um choque, e questionamos bastante, até que ficou acordado que quem estivesse no regime de 30h semanais iria cobrir

folgas, e trabalharia plantão normal, não mais de madrugada. Ficou uma sensação de que queriam punir quem escolhia 30h, por esse motivo inicialmente fiquei no regime de 40h. A questão do horário especial de estudante ficou para ser resolvida depois quando começássemos a trabalhar. Isso atrapalhou bastante a minha vida estudantil.

Depois de muitas discussões resolvemos passar por cima de disso e começamos os cursos de capacitação.

Sugerimos que conhecêssemos o local. Era uma instituição de acolhimento, com funcionamento de 24h, a sede composta por administrativo, quadra e alguns parquinhos de areia sucateados, um socioeducativo também em péssimas condições, um almoxarifado e cinco Casas Lares (Casa Encantos, Casa Bela Infância, Casa Magia dos Sonhos, Casa Bem Querer e Casa Arco Íris) onde crianças e adolescentes moravam, e ainda três Casas Lares descentralizadas, ou seja, casas junto a comunidade, localizadas no Gama, Guará e Recanto das Emas. Quem trabalhava dentro das casas se submetia ao regime de plantão de 12h/36h, portanto cada casa tinha a equipe que trabalhava no plantão diurno par, noturno par, diurno impar e a do noturno impar.

Ao visitarmos esse local percebemos que a situação era bem precária e drástica: nas casas centralizadas havia entre quinze a vinte crianças e adolescentes em cada, com duas pessoas ou somente uma trabalhando; praticamente todos os adolescentes do Abrir central com vínculo com a rua e drogadicção; tinha muitas crianças pequenas que, por conta do quantitativo e condições precárias, não estavam sendo cuidadas adequadamente, e ao mesmo tempo sendo submetidas a conviverem em ambientes onde adolescentes estavam frequentemente sob efeito de drogas. Isso representava muitas contradições, pois um lugar onde deveria acolher e proteger crianças e adolescentes também estava os expondo a situações de vulnerabilidade, ferindo o Art. 5 e Art. 19 do ECA:

“Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

“Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

Os acolhidos nos diziam que não queriam que a gente fosse pra lá, e se fôssemos iríamos sofrer muito. Eles não queriam quebrar o vínculo com aqueles que já cuidavam deles,

portanto estavam bem agressivos e relutantes com nossa presença. O primeiro contato com a instituição foi bastante impactante, pois o que tínhamos estudado na capacitação não estava muito de acordo com a realidade, os pontos observados nos cursos eram colocados de maneira irrealista e fantasiosa. Levantamos a necessidade de que nossa capacitação continuasse na própria instituição para que a gente tivesse uma aproximação com a realidade que enfrentaríamos. Dessa forma pudemos conhecer um pouco da rotina e ainda conhecer as outras casas, as descentralizadas. Nessas outras casas sentimos um ambiente mais familiar, mais comparado com casa mesmo, por ter outro perfil de crianças e adolescentes, mas mesmo assim havia alguns problemas, como a superlotação das casas.

Essa fase da capacitação na própria instituição durou uma semana, e foi o tempo que a gente teve para tentar fazer uma transição de vínculo. Os acolhidos começaram a se abrir mais, no sentido de dizer que naquele lugar não havia nada pra se fazer, que esperavam que com a nossa chegada as coisas mudassem. Reclamavam bastante também da comida; eles tinham 7 refeições no dia, vindas de uma empresa contratada (Nutriz), mas de péssima qualidade e aceitação.

Todos nós, cada um com seus conhecimentos, sua vontade de mudar aquela realidade, discutimos bastante sobre projetos e ações que poderíamos iniciar. Todos estavam bastante empolgados.

Ao final dessa semana pegamos os plantões já para valer, sem os antigos funcionários. A resistência das crianças e principalmente dos adolescentes foi bem grande. E depois fomos percebendo que não só os acolhidos teriam resistência conosco, mas os próprios servidores da unidade e a Gerência.

Antes mesmo de entrarmos nas casas já havíamos notado o problema da superlotação e já estávamos fazendo questionamentos junto à Gerência da Alta Complexidade. De acordo com documentos e legislação vigente cada casa poderia ter até 10 acolhidos, com 2 cuidadores sociais por plantão e 1 auxiliar. Ouvíamos sempre como resposta que isso aconteceria assim que entrássemos nas casas, com a vinda de apoios, já que o número de cuidadores era insuficiente.

Na divisão das equipes que trabalhariam nas casas eu fiquei no Abrir central, na Casa Arco Íris trabalhando no plantão diurno, quando esta foi depredada e incendiada minha casa de referência se tornou a Magia dos Sonhos, depois fui para a casa Bela Infância e atualmente estou na Magia dos Sonhos no plantão noturno. Comecei no regime de 40h, perdi aulas por ter demorado a conseguir horário especial de estudante, chegando até a reprovar uma matéria por não apresentar trabalho final, em outras fiquei com nota baixa pelo mesmo motivo, e

depois de um bom tempo consegui o horário especial. Algum tempo depois fiz o requerimento da concessão do regime de 30h porque estava muito difícil fazer plantões, pagar as horas que eu saia mais cedo e estudar, este demorou três meses para ser concedido.

Como a experiência na Casa Arco Íris foi a primeira, é sobre ela que irei começar o relato. Primeiro que minha escolha por trabalhar no Abrire central foi por proximidade da minha residência, e dentre as cinco casas que existiam lá priorizei essa casa por ter mais crianças, diferente das outras que tinha mais adolescentes. Eu preferia crianças porque tinha estagiado em escola e achava que tinha mais a ver comigo.

A rotina básica da casa era acordar todas as crianças e adolescentes, dar o café da manhã, encaminhar para o administrativo aqueles que tivessem aula, dar banho nos pequenos, ministrar medicamentos caso houvesse, incentivar a organização da casa, retirar todos de dentro para que o pessoal da limpeza desse a faxina, ir ao lactário (cozinha onde é preparado a comida de quem tem alguma restrição alimentar) para pegar o lanche das crianças, servir o lanche a todos, entre o lanche e o almoço ficava no parquinho com os pequenos, ia ao lactário pegar o almoço das crianças, servia o almoço, dava banho em quem precisava, colocava os pequenos para dormir, encaminhava para o administrativo aqueles que tivessem aula, brincava e assistia televisão com as crianças que estivessem acordadas, ia ao lactário pegar o lanche das crianças, servia o lanche para todos, organizava a casa, brincava com as crianças, dava banho, ia no lactário pegar a janta das crianças, trocava fraldas sempre que necessário e enfim entregava o plantão.

Quando os acolhidos saíam da instituição sem autorização era considerado evasão, então quando retornavam deveriam ir ao administrativo passar pelo atendimento técnico (realizado ou pelo técnico da casa ou pelo técnico de plantão, sendo este geralmente um psicólogo ou assistente social), passava pela revista com os encarregados e recebia uma autorização para entrar na casa. Mas muitas vezes eles não eram revistados ao voltar da evasão, e não iam tranquilamente pegar a autorização, era sempre um transtorno esse retorno de evasões, até porque chegavam muito alterados por causa do uso de drogas.

Essa rotina apesar de não ter nada de diferente de um dia normal em uma casa (refeições para servir, organizar a casa...) era tudo muito cansativo, e em nada parecia com uma casa normal, primeiro pela quantidade de acolhidos, a responsabilidade com a segurança e as necessidades básicas dos pequenos era muito grande; a vivência deles na rua e seu envolvimento com drogas também dificultava, além da proximidade do Abrire com a “favelinha” e um córrego onde ficavam moradores de rua e traficantes que a todo tempo estavam na cerca do abrigo passando drogas ou até mesmo ameaçando os acolhidos ou

servidores. O Abrire ocupa uma área extensa mas sem a menor proteção, pessoas de fora várias vezes estiveram dentro da instituição. O que se tem de segurança são os guardas do patrimônio, mas que estão ali para exercer sua função de defender o patrimônio e as estruturas físicas do local, quando eles fazem algo no sentido de procurar coibir entrada de invasores e ajudar na contenção dos adolescentes, por exemplo, é mais como uma boa vontade, um favor.

O número de crianças e adolescentes variava muito, sempre chegavam e saíam acolhidos, ou eles passavam o dia inteiro fora evadidos, estavam na família ou eram trocados de casa. Nessa casa em específico havia seis crianças de 0 a 3 anos, que necessitavam da ajuda de um adulto para tudo, duas dessas eram filhos de duas adolescentes da própria casa, mas uma não cuidava do seu filho, e até oferecia riscos para ele, e a outra até que cuidava, mas eu precisava sempre estar de olho porque de repente ela mudava de comportamento e ficava muito nervosa, agressiva e acabava jogando essa raiva em cima da criança; o efetivo já chegou a ser de dezoito acolhidos na casa, e eu trabalhava muitas vezes sozinha.

A situação da casa era bastante precária e insalubre, havia banheiros que não funcionavam, e o que funcionava ficava com defeito frequentemente, provavelmente pelo fato de ser muito antigo; os armários eram todos quebrados e sem porta, várias janelas eram quebradas. As crianças pequenas sempre se assustavam com ratos, aranhas e baratas; os ratos eram tantos que apareciam mesmo durante o dia com movimentação, ficavam no parquinhos onde os pequenos brincavam e na porta da casa. A divisão da casa em nada colaborava com a privacidade dos adolescentes, e como era tudo misturado, a identidade de cada um ficava comprometida dentro da casa. A quantidade de baratas era tanta que não tinha como guardar comida e objetos de cozinha a salvo desses insetos. Com as chuvas essa casa ficava inundada, a parte externa da frente da casa ficava com água que cobria os tornozelos e ia entrando pela porta da casa que era corroída em baixo. Na frente da casa era justamente onde ficava o lixo, portanto a água empoçada continha urina e fezes de rato e bactérias do lixo, que eram levadas para dentro da casa. Essa água demorava muito tempo para escorrer por não ter um sistema de drenagem, o que acabava sendo atração para crianças e adolescentes.

A janela que havia no quarto masculino era quebrada, o que oferecia riscos por servir de acesso a pessoas que não moravam na casa, e quando os adolescentes voltavam das evasões já pulavam por essa janela, deixando de passar pela revista na sala dos encarregados, o que abria brechas para que entrassem com drogas e armas e ainda sob o efeito dos entorpecentes usados na rua. Durante a minha experiência nessa casa foram encontradas várias vezes estoques, facas e uma vez até foi encontrado um revólver velho.

A alimentação, fornecida pela empresa contratada Nutriz, era outro ponto crítico. Os

acolhidos não gostam dessa comida e muitas vezes preferem ficar sem comer. Já encontramos objetos estranhos dentro da comida, como bucha, borracha, caco de vidro, luva, larvas na salada... Fizemos diversas denúncias, toda essa situação sempre foi de conhecimento de todos, inclusive coordenação, Gerência da Alta Complexidade e Gerência Alimentar. Essa comida vem em grande quantidade, cheira mal e a maior parte vai para o lixo, o desperdício é muito grande. Várias crianças apresentavam vômitos e diarreia, e mesmo com todas as queixas essa empresa serve a alimentação até hoje.

As crianças maiores, mais ou menos a partir dos 8 anos, e os adolescentes eram quase todos usuários de drogas, então em todos os plantões eu tinha problemas com esses que ficavam muito alterados, mas a minha atenção era muito mais voltada para a demanda dos menores que dependiam de mim, que eu tinha que dar banho, trocar fralda e estar sempre por perto. Quando eu me ausentava por pouquíssimo tempo já era uma oportunidade que os maiores encontravam para os agredir, inclusive as mães dos bebês agrediam seus filhos quando eu não estava perto. Isso era muito complicado porque por várias vezes eu dei plantão sozinha e para dar banho, que é um por vez, era um momento muito complicado, quando não de terror. Eu não podia dar muita atenção ao momento do banho em si, ele tinha que ser rápido e mecânico, porque enquanto isso os outros ficavam sem o meu olhar e estavam vulneráveis para apanharem dos maiores ou brigarem entre si. Já aconteceu de nesse momento uma criança se pendurar na grade da janela do lado de fora e mexerem no gás de cozinha.

As idas ao lactário, que não era perto, para pegar a comida dos pequenos também era outro momento muito complicado do dia, porque eram muitos pratos e a cada refeição eu tinha que ir e voltar 3 vezes, no mínimo; como era um risco muito grande deixar os pequenos com os adolescentes eu tinha que ir com todos eles do lado, fazia com que dessem as mãos e íamos cantando alguma música, ou eu ia contando uma história, sempre inventando algo para prender a atenção deles e fazer com que permanecessem juntos, mas nem sempre isso acontecia, as vezes eles saíam correndo ou paravam no meio do caminho, se batiam e aí começavam a chorar, e eu tendo que buscar a tal da comida no horário sozinha e voltar para servir. Portanto todo o tempo que eu fiquei nessa casa foi em condições muito delicadas, eu passava todo o tempo indo e voltando do lactário com as crianças, o que demorava bastante, ou dando banho. Praticamente não tinha nenhuma relação com os adolescentes, não sabia sobre a vida deles, como estavam, nem o que estavam pensando, só os via drogados mas não dava para parar e conversar com eles. Levei por diversas vezes essa situação a coordenação, lutei, briguei por alguma solução, muitas vezes até de forma desesperada, por ver que a qualquer momento poderia acontecer algo de grave. Nessa época quando eu pensava em ir

trabalhar parecia que eu estava me preparando para ir para a guerra. Só o que eu via era adolescentes sob efeito de drogas querendo pegar qualquer coisa que vissem pela frente para levar para a rua, no meio disso várias crianças pequenas totalmente dependentes de mim, o que levantava uma demanda enorme de cuidados e eu ainda tinha que protegê-los de todos os adolescentes, inclusive das outras casas. O Abrirre estava um completo caos, não recebíamos suporte, por mais que outros setores estivessem cheios de servidores; quando a situação estava no extremo eu ligava pedindo ajuda e as pessoas zombavam da ligação, mandavam me virar, era ridículo toda essa situação, poucas vezes eu tive retorno no pedido de ajuda.

Fizemos pedidos para a interdição dessa casa, a Arco Íris, e de outra casa, a Bem Querer, por serem as mais antigas, isoladas e não terem uma estrutura física adequada. Foi entregue um documento para que escrevêssemos os reparos emergenciais que a casa precisava, preenchi o tal documento com os diversos consertos necessários, mas principalmente com o pedido de desativação dessa casa, por ela não possuir condições saudáveis de acolhimento; esta casa possuía um alto nível de insalubridade, a arquitetura não proporcionava o desenvolvimento da individualidade e muito menos a segurança dos abrigados, meninos e meninas usavam o mesmo banheiro e em situações precárias.

Ficava me perguntando “Qual é o objetivo deste lugar?!” “As crianças não estão sendo resguardadas, a falta de pessoas para trabalhar impossibilita a criação de vínculos, os meninos estão cada vez mais envolvidos com drogas e evadem com mais frequência; o Abrirre se tornou um hotel, a maioria sai todos os dias, voltam para se alimentar e trocar de roupa para saírem de novo, e na rua se envolvem com traficantes, prostituição, assaltos e outros atos infracionais.”

Junto a isto e outros problemas da instituição que precisavam de uma intervenção urgente, vários servidores fizeram denúncias, corríamos atrás desesperadamente de soluções, pois aquele lugar que deveria ser de proteção e acolhimento estava oferecendo um serviço que estava colocando todos em risco e violando vários direitos presentes em nossa legislação.

Pessoas de fora, que aguardavam a convocação no serviço público e estavam cientes do caos em que se encontrava a instituição também efetuaram denúncias, alegando a falta de efetivo e a evidente necessidade de chamarem mais aprovados para assumirem os cargos vagos. O pessoal que trabalhava antes no nosso lugar também fez denúncias na intenção de poder voltar a trabalhar. Em decorrência disso a Vara da Infância (VIJ), o promotor da Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), e a Deputada Érika Kokay estiveram no abrigo para apurar as denúncias.

O público atendido é de crianças e adolescentes com um histórico de vida difícil, isso

requer cuidados, atenção e carinho, mas a tribulação de ter de fazer diversas coisas na maioria das vezes sozinha atrapalhava e muito esse objetivo. O desrespeito com o qual eu via as crianças do Abrir sendo tratadas pelos gestores e pela secretaria como um todo era repugnante, um descaso. Estamos diariamente lutando por uma maior eficiência da instituição para que esta tenha alguma função social, mas gritamos muitas vezes no meio do vazio, ninguém parece querer fazer algo, senão disfarçar os problemas.

O quantitativo de cuidadores inferior ao número necessário para o funcionamento da instituição, junto com outras discordâncias entre o que é proposto, o que está normatizado nas legislações e a realidade, gera uma carência e o grave comprometimento do atendimento que deve ser prestado às crianças e adolescentes que lá convivem e que precisam de um serviço que proporcione seu desenvolvimento, atenção, superação de vivências de separação e violência, apropriação e ressignificação de sua história de vida e o fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social,

No dia 17 de setembro de 2009 a VIJ veio para a retirar as crianças pequenas do Abrir central e encaminhar para outras instituições de acolhimento. Essa atitude causou grande polêmica: a coordenadora não gostou do modo como a ação foi feita, por não terem avisado e chegado de repente para a retirada, dessa forma os pertences das crianças não estavam arrumados e o desligamento abrupto foi considerado um choque; o promotor da Infância e Juventude do MPDFT também não aprovou a ação por não ter seguido os trâmites legais. Por outro lado a VIJ alegou que o que estava acontecendo era uma inadequada forma de acolhimento onde as crianças estavam sendo muito expostas a riscos, sendo a ação justificada pela necessidade de uma ação emergencial.

Nesse mesmo dia a noite houve várias confusões no Abrir, uma adolescente, que perdeu a guarda do seu filho, o qual foi levado pela VIJ, ficou extremamente nervosa e incitou os outros adolescentes a iniciarem uma rebelião. Quebraram parte da administração, vidros das casas, parquinhos, e depredaram totalmente a Casa Arco-Íris e a Casa Bem-Querer, atearam fogo na Arco Íris e levaram diversos objetos desta casa embora. Quando eu cheguei no outro dia as crianças e adolescentes da Casa Arco-Íris (até então minha casa de referência) tinham sido remanejados para as outras casas e eu deveria dar suporte onde tivesse precisando mais. Pela manhã eu abri a Casa Arco Íris para pegar as roupas dos pequenos e para que os adolescentes pegassem os seus pertences. A casa foi fechada em seguida e a chave devolvida na administração. Minha casa de referência passou a ser a Casa Magia dos Sonhos.

Depois disso iniciou-se uma nova fase no Abrir, todos queriam trabalhar de forma a reorganizar o espaço e o atendimento que vinha sendo oferecido. Vários servidores de todos

os setores se reuniram com a coordenadora para discutir a situação da instituição e concordamos em apresentar um documento com propostas emergenciais e a longo prazo que seriam encaminhadas à Gerência e demais órgãos competentes pela coordenação. Algumas propostas emergenciais foram a interrupção temporária do recebimento de crianças e adolescentes para que todos os prontuários e relatórios fossem colocados em dia e elaborássemos um plano de ação com a atual clientela; pedido de alocação de pessoas especializadas para a segurança; nomeação imediata de cuidadores sociais. A longo prazo a coordenação colocou como meta a descentralização total do Abrire; definição de políticas públicas específicas para atender os egressos do sistema de medidas socioeducativas e a criação de locais apropriados para o acolhimento de adolescentes que estejam em conflito com a lei, bem como para o público comprometido com a drogadicção; elaboração e consolidação do Projeto Político Pedagógico, envolvendo a participação da comunidade e da rede pública de ensino e servidores; elaboração e definição de uma Metodologia de Intervenção Psicossocial; elaboração de um regimento interno; revisão da lotação de servidores na unidade; informatização dos processos das crianças e adolescentes, de modo a permitir dados precisos, acompanhamento sistemático dos órgãos fiscalizadores. O Plano Político Pedagógico começou a ser discutido e criado, mas nunca terminou, sobre as outras propostas não tivemos retorno.

No dia 07 de outubro de 2009 houve uma Audiência Pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal para discutir as condições de funcionamento do Abrire, convocada pela Deputada Erika Kokay. Na ocasião a Deputada apresentou algumas denúncias recebidas, que estavam relacionadas à grande quantidade de acolhidos, quantidade de cuidadores insuficientes, falta de atividades o que estava gerando muito tempo ocioso, uso indiscriminado de drogas pelos acolhidos, espaço físico sucateado e inapropriado, insalubridade, falta de segurança, péssima alimentação e a dificuldade de se estabelecer a individualidade dos atendidos. A mesma apresentou um relatório, resultado de três visitas que realizou na instituição, que confirmava todas as denúncias. Ainda se pronunciaram a então coordenadora do Abrire, Juliana Castro, Glauca Gomes, então Conselheira da Assistência Social do DF, o então Promotor da Infância e da Juventude do MPDFT Pedro Oto, Cássio Alves, do sindicato dos servidores, e cuidadores antigos. A comunidade teve tempo para se manifestar e cuidadores ocupantes do cargo público também puderam falar.

Retornando à nova fase da instituição, agora sem bebês e crianças pequenas, pude voltar meu olhar para os adolescentes e até interagir mais com os outros servidores, ver o que acontecia nas outras casa, coisas que antes não fazia por falta de tempo. A partir de então as

crianças seriam encaminhadas às casas descentralizadas e no Abrire central ficariam apenas adolescentes.

As coordenadas eram para que tentássemos fazer com que a instituição parecesse uma casa. Recebemos toalhas de mesa e incentivaríamos a realização das refeições na mesa, usando garfos e facas, até então só era disponibilizado colheres de plástico. Esse ultimo costume foi bem complicado e foi se tornando inviável, pois os adolescentes pegavam para si e todos os dias tínhamos que pedir no almoxarifado novos talheres. Foi passado pela coordenação que tínhamos que proibir o cigarro e tomar da mão dos adolescentes se víssemos porque o uso de substâncias que causam dependência é proibido à menores de 18 anos. Porém começamos a perceber que essa ação por si só estava totalmente equivocada; não se acaba com vício tomando da mão os cigarros, o certo seria o encaminhamento para tratamento, sendo isso uma questão que deveria ser tratada na área da saúde. Ficou consolidado então que os adolescentes poderiam fumar cigarros nas dependências da instituição, menos dentro das casas; qualquer outro tipo de droga ficou proibido.

Iniciamos debates no sentido de buscar um atendimento mais realista com a demanda do Abrire, que é uma demanda diferente da existe nos outros abrigos. Antes de querer implementar coisas superficiais como a questão do garfo, deveríamos realizar um serviço voltado para o que estava acontecendo, além de promover condições melhores. A medida de acolhimento prevê que o serviço se dará de forma a reintegrar os acolhidos nas suas famílias, ou famílias substitutas, porém os adolescentes acolhidos em sua maioria não têm mais famílias, ou estas não o querem mais, ou o próprio adolescente não cogita a possibilidade desse retorno, portanto é complicado se falar em reintegração. Outro aspecto é a questão muito forte da drogadição, que só aumenta e não se faz nada a respeito. Os que conseguem ir para uma clínica, quando acaba o tratamento retornam para a instituição e novamente ele volta para a estaca zero; não estamos dando oportunidades reais da superação das condições de vulnerabilidade.

Comecei a me preocupar com o que seria daqueles jovens quando cessasse a medida de acolhimento institucional. Por isso iniciei a primeira fase do projeto IV do meu curso de Pedagogia na instituição. Ao conhecer o projeto me deparei com a possibilidade de ajudá-los na construção de perspectiva de futuro através da disseminação dos preceitos da economia solidária, percebendo que esses meninos já estão à margem da sociedade e sofrem exclusão desde pequenos, não tendo uma visão de futuro diferente da de aceitar “seu destino social” - vida da criminalidade, da mendicância ou de drogadicção. Com o projeto pretendia também ajudá-los a melhorar o convívio dentro da casa, tendo visto que eles não possuem hábitos que

respeitem o outro nem o espaço coletivo. Esse projeto também serviu como uma dose de esperança para os diversos problemas que encontrei no meu trabalho.

Na primeira fase do projeto me propus a expor a dinâmica do abrigo, analisando e refletindo a realidade vista, com a intenção de propor melhorias dentro das casas, a partir de ações pedagógicas; refletir a minha própria prática, como pedagoga fora do ambiente escolar; e conhecer mais as diretrizes, propostas e políticas da área de assistência social. Para a realização deste trabalho fiz relatório dos dias que entrei em contato com as crianças e adolescente do Abrire, montando assim um diário de bordo; analisei a rotina da casa, propus regras para o melhor funcionamento do ambiente, tentei uma gradativa aproximação dos adolescentes procurando investigar os possíveis temas geradores de interesse.

Percebi que ao longo do tempo eles adquirem, quando já não chegam assim, um grande envolvimento com a rua, drogas, traficantes, passam a se envolver em assaltos, e os novatos que não possuem essa vivência acabam que, por motivo de sobrevivência e para se sentir parte do grupo, também começam a fazer parte dessa triste realidade. É bem forte a vontade de querer manter uma imagem rude, de “menino do gueto”, de “ganguê”, para transparecer uma pessoa forte para os demais. Vi isso em alguns momentos que me aproximava de alguém para ficar conversando e depois este era um zombado pelos outros, como menino que quer ser santinho, menino bonzinho. Vemos uma inversão de valores muito grande ao lidar com esses meninos. Apesar de ter alguns poucos que frequentam a escola e/ou pensam em sair de lá para continuar os estudos, trabalhar dignamente e ter uma família, a projeção de futuro que a maioria faz é de quando ficar maior de idade e puder sair de lá, conseguir se virar na vida por meio da bandidagem, fazendo parte de gangues. Na fala deles também percebi que a vida para eles realmente só começará a valer quando conseguir sair da instituição; enquanto está lá não precisa ter nenhuma responsabilidade ou preocupação, “está de férias”, como ouvi um deles dizer, de sua própria vida.

Esse período de estágio de faculdade em conjunto com a execução de meu trabalho profissional foi um período de muitos conflitos que tive comigo mesma. Questionei todo momento minha atuação, tanto como pedagoga como cuidadora social; fiquei insegura diversas vezes, oscilei bastante entre o sentimento de esperança e o de impotência frente à situação. Um aprendizado de bastante significado foi perceber o potencial que a educação fora do contexto escolar pode ter. Apesar de saber que a aprendizagem acontece naturalmente em todos os lugares, eu ainda achava que a educação formal só podia acontecer dentro da escola, e me vi como uma figura totalmente inútil no abrigo, como pedagoga, quando fui percebendo a impossibilidade de fazer os meninos irem para a escola. Comecei pensando que meu papel

seria o de incentivar a inserção dos meninos na escola. E durante esse período essa forma de pensar sofreu modificação; lembrei até que os maiores aprendizados da minha vida não foram obtidos na escola, e que os meninos com os quais eu trabalho possuem uma grande bagagem de aprendizado, aprendizado da rua, baseado no sofrimento. Esse ambiente, mesmo não tendo um fim necessariamente escolar, é uma grande possibilidade de diversos aprendizados.

Meu próximo passo seria a realização de oficinas. Ainda com insegurança e medo de que eles não se interessem em fazer nada, pois observei a ida de voluntários, para os quais os meninos não davam a menor importância e nem queriam saber qual era a proposta que tinham para eles.

Foi nessa época, que estávamos numa nova fase na instituição e queríamos reorganizar o ambiente que elaboramos um documento: Padronização de Regras e Procedimentos (Anexo II). Demos grande ênfase em alinhar nossa linguagem e conduta com os adolescentes, usando para isso algumas regras. Distribuímos cartilhas (Os 10 mandamentos do Abrir) para os adolescentes com as regras que constavam nesse documento, sendo esta cartilha reforçada principalmente com os novatos. Outro documento construído foram os Procedimentos Para Correções De Comportamentos Reprováveis (Anexo III)

Uma preocupação geral era a ociosidade. Levantamos algumas ideias junto à coordenação e servidores do socioeducativo de atividades que os adolescentes poderiam realizar na própria instituição, como por exemplo criar uma horta, mas foi dito que isso era trabalho infantil. Argumentamos bastante e por fim nos disseram que houve um tempo em que havia horta, mas que agora não iria mais ter. Um cuidador até quis ele mesmo começar a fazer uma horta para ver se os meninos iriam se interessar por conta própria; no início eles até cuidaram, mas depois acabou que isso ficou esquecido. Como eles não comiam nem preparavam o que nascia para comer, a horta não estava tendo utilidade.

Também tentamos fazer algo relacionado ao lixo. A quantidade de lixo gerada dentro dessa instituição é imensa; primeiro por conta da comida que é jogada fora, segundo que tudo vem embalado em vários sacos plásticos, copos e talheres são descartáveis, por isso a cada refeição temos vários lixos para descartar. Junto a isso ainda temos que os meninos não usam a lixeira. Então acabava que após servirmos um lanche o espaço parecia um grande lixão com guardanapos, caixinhas de suco, copos plástico, tudo espalhado. Resolvemos realizar algo frente essa situação; tivemos a ideia de organizar gincanas para realizar mutirões de limpeza, equipes que ficariam responsáveis por observar se todos estavam mantendo o local limpo e para criarem algum uso para certos tipos de lixo. A coordenação até aprovou a iniciativa, chegamos a marcar o início, precisaríamos de um suporte, até mesmo financeiro para os

prêmios, mas acabou que a coisa se perdeu, ficou apenas na conversa para conscientizar os meninos sobre o uso da lixeira, coisa que temos que fazer constantemente, se não ficamos em cima falando para jogar o lixo na lixeira eles jogam em qualquer lugar, até mesmo no chão dos seus quartos. Pensamos em iniciar algo voltado para a higiene pessoal dos adolescentes também, por meio de palestras de profissionais de fora, e exibição de vídeos.

Por desmotivação e frustração essas ideias e o meu projeto de fazer essas oficinas não teve continuidade. Desmotivação por não ter visto grandes resultados e nem ter visto alguma ideia ser levada a sério e tentar sido colocada em prática por toda a equipe, e frustrada por existir uma fragilidade de vínculo com os adolescentes por estes terem forte ligação com a rua e drogas, um dia eles estão bem e no outro eles não querem te ver na frente deles.

Quando minha casa de referência passou a ser a Casa Bela Infância voltei com as tentativas de realizar oficinas. A experiência nessa casa foi uma das melhores. A situação geral do Abrir continuava a mesma, mas a equipe nessa casa estava mais unida. A técnica da casa mostrava a visão de que o cuidador social também tem papel importante em tudo que é feito na instituição, e sempre se reunia conosco para discutir o caso dos adolescentes, pegávamos os prontuários e definíamos qual seria o direcionamento do trabalho com cada adolescente, tendo em vista quais seriam suas opções ao sair de lá, e o que ele próprio gostaria para si. Cada decisão que precisava ser tomada a técnica chamava os cuidadores para que se manifestassem e nos ouvia. A partir disso tínhamos muito mais autonomia dentro da casa, e éramos empoderados.

Decidimos que os atendimentos pós-evasões seriam feitos dentro da casa com o cuidador, cabendo a nós discutir alternativas para diminuir essas evasões. Sentindo-me um pouco mais valorizada retomei a vontade de realizar oficinas. Veio até da coordenação a iniciativa de oficializar oficinas que seriam realizadas pelos cuidadores, dessa forma fiquei escalada para a oficina com o tema de "Identidade e Perspectiva de Futuro". Essa iniciativa foi justo quando estavam pensando em trocar a coordenação, portanto só pediam para que a gente fizesse os planos com urgência. Só que não estava dando para delimitar quais seriam os dias específicos de cada oficina, nem reservar local apropriado, nem quem seriam os responsáveis pelas oficinas, que teriam que ser realizadas em duplas ou trios, pelo fato de trabalharmos em plantões, e nem sempre os plantões coincidirem. Mas a pressão para que fizéssemos logo não era nem pra começar o trabalho, mas mais para constar nos documentos de ações realizadas na instituição pela coordenação. No fim mudou a coordenação e isso se perdeu.

Resolvi que trabalharia oficinas especificamente com os adolescentes da Casa Bela

Infância, partindo da demanda que surgia dentro dessa casa. Estávamos com um problema de grande depredação do espaço e descuido com o lar, por isso a técnica iniciou um movimento para revitalização: tudo foi pintado, portas trocadas, e foram feitos outros pedidos, mas que não foram atendidos. Frente a isso vi a necessidade de trabalhar com os adolescentes a noção de pertencimento; mostrar que era deles aquele espaço; melhorar o convívio dentro da casa - tendo visto que não possuíam hábitos de respeito com o outro nem com o espaço coletivo -; a elaboração de sua imagem como ser no mundo; incentivar o protagonismo juvenil e sua autonomia e proporcionar momentos em que eles reflitam sobre sua vida para que possamos também construir com eles seus projetos de vida. Fazíamos várias reuniões com os adolescentes para discutir questões que estavam atrapalhando a casa, e isso contribuiu para um melhor diálogo entre todos e uma maior responsabilização dos adolescentes, que passaram a ouvir quando eram questionados sobre atitudes negativas.

Trabalhar com a questão do projeto de vida seria o objetivo final maior, porque apesar do movimento atual das políticas públicas tentarem ao máximo evitar a institucionalização dos jovens, verificamos que a institucionalização precoce e prolongada são práticas ainda frequentes nos dias atuais, contrariando o caráter excepcional e provisório do cuidado institucional como medida sócio jurídica de proteção destinada especialmente à infância em risco. Esta situação acaba afetando na formação cognitiva de tais crianças e dificultando a formação de sua linguagem e a sua capacidade de formar vínculos.

Tive muitos momentos de conversa com os adolescentes, isso estreitou bastante o vínculo, fazíamos reunião com eles frequentemente, e isso resultou em uma maior consciência dos seus atos e percebi também uma maior maturidade por parte dos adolescentes. Planejei oficinas, mas na hora de realizar não conseguia chegar ao objetivo, completar tudo que era planejado. Levei lanche algumas vezes para que eles pudessem se interessar mais, mas mesmo assim o tempo que eles conseguiam ficar reunidos era bem pequeno, parece que tudo acontecia no momento das oficinas, passava adolescente gritando chamando para evadir, surgiam algumas coisas para eles resolverem, começava uma briga lá fora e eles queriam ver...

Durante minha experiência estive oscilando entre a esperança de fazer alguma diferença nessa realidade e um sentimento de desmotivação. Porém o que sempre existiu foi a necessidade de refletir sobre minha prática e todo esse contexto, o que me fez perceber que apesar de sempre pensar em formas de colaborar na construção da autonomia dos jovens e o incentivo de seu protagonismo, as ferramentas usadas sempre foram práticas autoritárias.

CAPÍTULO 4

ALGUMAS REFLEXÕES QUE FICARAM NO DESAFIO DO ABRIRE

Relacionando o que vivenciei durante minha experiência com o que é proposto nas legislações pude ver que há alguns desacordos. A proposta de uma medida protetiva de acolhimento institucional é muito importante e deve ser aplicada para a garantia e proteção das crianças e adolescentes. O Estado deve investir na sua melhoria e estar constantemente fazendo o monitoramento e fiscalização afim de garantir esse atendimento da melhor forma possível.

O Abrire é uma instituição diferente de outras instituições tanto públicas como não governamentais daqui e de outros estados que tem a mesma finalidade. Aqui em Brasília somente o Abrire é público, todas as outras são particulares, que mantém convênio com a SEDEST. Essas outras instituições conseguem garantir muitos atendimentos que o Abrire não consegue, justamente pelas crianças e adolescentes que atendem. Estas procuram atender as crianças e adolescentes que não possuem um comprometimento muito grave com as drogas, nem vínculo com a rua, sendo assim conseguem que esses acolhidos continuem a frequentar escola e façam cursos profissionalizantes e estágios.

Porém aqueles que não tem à primeira vista uma possibilidade real de inserção na sociedade, ou não se esforça a ponto de se mostrar com possibilidades de regeneração, são enviados ao Abrire, que por ser público não pode se negar a recebê-los.

Com esse movimento temos uma instituição de acolhimento bem diferente das outras, e com dois perfis de atendimento, um no Abrire central e outro nas casas descentralizadas. Essas duas realidades e um serviço que não tem de certa forma atendido a sua real demanda coloca a instituição em uma crise de identidade.

Nas casas descentralizadas, que ficam nas comunidades, são encaminhadas todas as crianças (de 0 a 12 anos incompletos) que o Abrire recebe, e alguns adolescentes, caso não tenham vínculo com a rua, não estejam em situação de drogadição, ou que tenham feito tratamento, e também aqueles que demonstrem real interesse em sair dessa situação e/ou já estejam frequentando a escola, cursos e estágios e que por isso precisam de um incentivo maior para ter sucesso, sendo necessário se afastar da realidade do Abrire central.

Já nas casas centralizadas no Abrire central outro tipo de realidade é enfrentada, nessa sede são acolhidos todos adolescentes que são encaminhados para medida protetiva de acolhimento na instituição. Nessas casas chegam todos os adolescentes que não são aceitos

nas entidades não governamentais. Geralmente são adolescentes que tem um grave comprometimento com drogas, por ser usuário ou estar envolvido com tráfico e traficantes, ou aqueles que têm um histórico violento, além dos que têm forte vínculo com a rua, passando o dia fora do Abrire, ou mesmo semanas. Se o adolescente tem o perfil aceito em outras instituições primeiro tenta-se seu acolhimento nessas instituições, não havendo vagas ele vai para o Abrire. Não se aplica medida de acolhimento para adolescentes em caso de prática de ato infracional (Art. 112, ECA), porém diante da falta de vagas nas instituições de aplicação de medidas socioeducativas do Distrito Federal alguns adolescente tem sua medida alterada de socioeducativa para medida protetiva, e estes são acolhidos no Abrire.

A vasta área do Abrire, acesso de traficantes na cerca, proximidade com uma favelinha e pontos de distribuição de drogas, torna muito fácil a obtenção de drogas, e por terem praticamente todos os adolescentes sérios problemas de drogadição e, até por isso, vínculo com a rua, estes evadem todos os dias, para realizarem furtos e obterem drogas. As vezes em consequência dessas práticas conseguem inimigos e se envolvem em situações de violência nas ruas. Muitos dos que não chegaram com muito envolvimento com esse tipo de situação, por estarem diante dela e estarem tentados a experimentar as drogas, ou as vezes até obrigados pelos outros acolhidos, acabam se envolvendo no vício. Os que tentaram sair dessa situação e permaneceram no Abrire não conseguiram, por mais força de vontade que tivessem.

Uma situação muito complicada e que gera perigos tanto para os acolhidos quanto para os servidores é a existência de alguns adolescentes que estão lá porque estão ameaçados de morte. Todo dia é um risco, porque a área não tem proteção e quem passa pela lateral tem uma visão privilegiada do que que está acontecendo lá dentro. Há rixas dentro do próprio Abrire, que as vezes são veladas, mas de repente explodem, e quem está lá dentro passa informações sobre seu rival para pessoas de fora, na intenção de conseguir suporte na hora do conflito. Essa delimitação frágil das dependências da instituição facilita a entrada de pessoas externas ao Abrire, além de drogas e armas.

Muitos desses jovens não têm a possibilidade de reintegração familiar, seja por não ter família, por ser ameaçado de morte no local onde seus parentes moram, pelo fato de a família não o aceitar mais ou por ser totalmente resistente a voltar para suas casas, ter desentendimentos sérios com suas famílias, terem vínculos rompidos e preferirem estar no Abrire ou na rua.

Mesmo nessas condições, de notável inviabilidade do retorno do adolescente para sua família algumas reintegrações são feitas, até porque aos 18 anos o adolescente deve se desligar da instituição. Como essas reintegrações são feitas sem um trabalho em conjunto com

a rede para a superação dos motivos que deram origem ao acolhimento, rapidamente vemos aquele que foi reintegrado morando na rua, e logo ele retorna ao Abrir, se ainda não tiver completado 18 anos. Portanto o vínculo com a instituição não é desligado, vários adolescentes vão e voltam frequentemente.

Dessa forma o trabalho feito com esses adolescentes não deveria ser de reintegração e sim voltado, antes de tudo, para a superação da vivência de rua, do envolvimento com as drogas e dos consequentes desdobramentos negativos que isto causa e para a oferta de condições para construção de sua autonomia. Para isso é necessário, além de outras coisas, sua inserção na escola e cursos profissionalizantes para que tenham alguma oportunidade de conseguir um trabalho e ter seu próprio dinheiro, assim quando se desligar do Abrir consiga se manter, de forma que não tenha que apelar para o roubo ou tráfico, práticas que já levaram muitos dos ex-acolhidos para a prisão. Em contrapartida a oferta dessas oportunidades não tem garantido a aderência desses adolescentes, por diversos fatores que tem a ver com tudo que eles já vivenciaram, pelo comprometimento até mesmo biológico devido ao uso precoce de drogas, por falta de autoestima e autoconfiança, pela não projeção de um futuro, por descrédito tanto deles para com eles, quanto de outras pessoas para com eles, dentre muitos outros fatores.

Quando mesmo sob essas condições ainda há a possibilidade do adolescente retornar para a sua família, por ainda existir um vínculo, mesmo que fragilizado, a rede tem falhado em não oferecer orientação, apoio e promoção social para que essas famílias consigam reintegrá-los. Por exemplo, em uma situação hipotética de a criança ou adolescente ter sido encaminhado para a medida protetiva porque seus pais, por estarem desempregados, acabaram na rua ou colocando seu filho para trabalhar, ou até mesmo acabaram em situação de drogadição. Essa criança ou adolescente que foi retirado do seio familiar só poderá retornar à família caso essa situação que motivou o acolhimento for modificada. Para isso é muito importante que um trabalho sério seja feito com as famílias, para esse tipo de situação e diversas outras situações. Se o principal foco de trabalho de uma instituição de acolhimento deveria ser a reintegração familiar, ou na impossibilidade a formação de novos vínculos, no caso de problemas que surgem de desentendimento entre acolhidos e suas famílias, estas deveriam ser trabalhadas, fazendo-se atendimentos e mediações de conflitos para uma tentativa de reconciliação e reintegração familiar. Mas a rede não tem funcionado dessa forma, e as situações que deram origem à medida protetiva não são sanadas, até que um dia o vínculo se perde, assim como a possibilidade da reintegração familiar. Se for criança ainda tem a opção da adoção, mas no caso dos adolescentes essa opção é praticamente inexistente.

Pode-se perceber portanto, que para esses adolescentes somente a medida de acolhimento institucional não tem dado conta de ofertar proteção e um atendimento integral e na maioria dos casos o lugar que deveria ser de proteção muitas vezes tem colocado o adolescente em situações piores às que deram origem ao acolhimento.

Sem um trabalho diferenciado que leve em consideração a situação atual dos adolescentes atendidos, que ofereça um serviço condizente com a demanda, este fica distante de garantir os direitos preconizados pelas legislações.

Os adolescentes acolhidos percebem que estão em um local que não tem os ajudado a superar ou amenizar as situações negativas a que são expostos. E juntando com experiências de vidas extremamente complexas se vêem realmente sem perspectiva de futuro.

Diante do exposto percebemos que o Abrire não tem conseguido dar conta de algumas de algumas competências, no que diz respeito ao atendimento integral, preservação dos vínculos familiares, ou na impossibilidade, o estabelecimento de novos, a preparação para o desligamento promovendo a autonomia, a convivência comunitária, a articulação com a rede e o desenvolvimento biopsicossocial, por exemplo.

Percebi que naquele espaço as crianças e adolescentes nem sempre são acolhidas provisoriamente, alguns só saem de lá quando completam a maioridade – 18 anos – e acontecido isso eles saem sem perspectiva de futuro, pois muitos não frequentam a escola, não acreditam que a educação possa trazer alguma mudança em suas vidas e constroem um vínculo muito forte com a rua.

A situação dos ex-acolhidos em muito se aproxima da vivenciada na época da FUNABEM com os ex-internos, que uma das suas principais reivindicações era que de menor assistido passavam a ser de repente maiores responsáveis, se desligando da instituição sem apoio e sem que houvessem feito um trabalho com suas famílias e as possibilidades de se inserirem na sociedade novamente era muito difícil, já que haviam rompido vínculos com esta.

Toda criança brasileira deve estar matriculada na rede de ensino, sendo esse dever cobrado de sua família. No artigo 205 da nossa Constituição Federal de 1988 (C.F. 88) temos que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Portanto, mesmo em situação de acolhimento institucional, longe do seio familiar, a criança e o adolescente possuem direitos, dentre eles o da educação, sendo dever do Estado e da sociedade garanti-los. As crianças e adolescentes acolhidos estão sob a tutela do Estado, e

é direito público e subjetivo o acesso ao ensino (parágrafo 1º, art. 208, C.F. 88), que deverá ser garantido pelo próprio Estado. Vemos aí uma contradição na execução dos direitos, e na falta da escolaridade dificilmente esses jovens conseguirão superar a situação de exclusão e alienação. Hoje no Abrir central pouquíssimos são os adolescentes que frequentam a escola, isso porque os que frequentam não obtêm frequência regular nas aulas.

Dentre os motivos da alta taxa de evasão escolar, muitos deles colocam que são visto com preconceito na escola, alguns alunos percebem que eles moram em uma instituição de acolhimento e os tratam com desrespeito. Outro fator é que apesar de eles expressarem verbalmente a importância da escola, no fundo eles não veem que a escola pode trazer grandes mudanças para sua vida, na maioria das vezes em suas realidades a escola nunca ganhou destaque e importância, então por mais que se ofereça escolas e cursos, eles acreditam que seu futuro já está traçado e não há possibilidade de emancipação; esse sentimento também é influenciado pela falta de autoestima entre os adolescentes.

Dessa forma vemos que a educação não tem atingido seu objetivo de socialização e inclusão. Os poucos que frequentam afirmam que a escola é muito chata, o que salva é ver os amigos, se tiver, porque a escola não tem sido atrativa, não está adequada para os moldes atuais da sociedade. Outro fator muito forte, que ao meu ver é o que impossibilita a frequência escolar daqueles que chegam a demonstrar interesse, mas acaba não conseguindo, é o uso de drogas, que causa comprometimentos a nível fisiológicos. Por conta da drogadição esses adolescentes têm muita dificuldade de acompanhar aulas e de concentração. O uso de remédios para ajudar na concentração acaba sendo muitas vezes até mais complicado, pois a interação da medicação com álcool e/ou drogas podem gerar reações diferentes das esperadas.

Na legislação pertinente ao assunto também vemos a todo momento o direito de a criança e ou adolescente participar no planejamento das ações que lhe dizem respeito. Importante destacar que o Plano Individual de Atendimento (PIA) deveria ter sua participação para que a elaboração das ações a serem feitas em prol do acolhido fosse de seu conhecimento e representasse aquilo que seria o seu interesse. Essa participação as vezes acontece, outras vezes não, tendo ocorrido em algumas ocasiões reintegrações que foram surpresa para o acolhido.

Precisamos sempre estar atentos para a situação peculiar desses jovens, que estão passando por uma fase que por si só já é delicada (a adolescência), e além disso possuem um histórico de vida muito complexo e difícil de se administrar, sendo importante o cuidado, a atenção e a proteção.

Os próprios adolescentes fazem essa leitura de que a adolescência é uma fase delicada,

cheia de mudanças e confusões, além da grande curiosidade pelo que é novo, e por essa vulnerabilidade são alvos fáceis para o mundo das drogas, entrando em um caminho muitas vezes sem volta.

Podemos perceber essa leitura que eles fazem analisando algumas produções textuais realizadas no ano passado para um concurso de redação promovido por uma cuidadora social com o tema "O que é ser adolescente". Nesses textos eles descrevem a adolescência como um tempo de mudanças, tanto físicas como psicológicas, tempo de curiosidades, e por isso querem experimentar as coisas e ficam confusos com o que é certo ou errado. Essa curiosidade os incita a entrar em caminhos muitas vezes perigosos, sem perceber que estão desperdiçando essa fase, e só percebem esse desperdício quando já estão em uma situação ruim. Apesar de todas as situações eles colocam a família como muito importante, mesmo que as vezes não demonstrem carinho. Alguns falam que na adolescência todos querem chamar atenção, por isso mexem no visual, colocam piercings, fazem tatuagens, cortes diferentes no cabelo... para serem valorizados. Eles também demonstram consciência sobre ter direitos e deveres, e sobre a importância dos estudos para posteriormente conseguir um emprego. O assunto da situação de estar em medida de acolhimento é mencionado, no sentido desse acolhimento proporcionar oportunidades que as vezes não teriam se não estivessem lá, como cursos e trabalhos.

Entre os principais problemas enfrentados pela nossa juventude estão: as drogas, violência, gravidez na adolescência, bullying e a falta de limites. Esses problemas são enfrentados por diversos jovens, no Abriré portanto não é diferente, entretanto esses problemas aparecem na instituição de forma concentrada, são todos eles de uma só vez.

Dentre os diversos problemas observados no Abriré destaco dois aspectos percebido, pelas entrevistas que fiz com os servidores como complicadores: a questão da escola e da disciplina, ou melhor, a falta destas.

Talvez a questão da disciplina e implementação de regras é tão almejada no Abriré por lidarmos com adolescentes que estão a todo momento agindo de forma a desafiar tudo que é proposto e em situações gravíssimas de drogadição, cometendo atos infracionais frequentemente, o que deixa um ar de local sem lei. Tudo que eles não poderiam fazer em seus lares, lá fora ou em outras instituições eles fazem no Abriré, dessa forma se perdem os valores necessários para a convivência.

A busca pelas regras são importantes, mas talvez a forma como tentamos chegar até elas não seja a mais interessante. Tem-se discutido muito sobre uma educação libertadora, voltada para a formação cidadã, porém percebo que, assim como na escola, no Abriré temos

um discurso voltado para a importância do desenvolvimento da autonomia e do protagonismo juvenil, ao mesmo tempo que usamos de práticas inibidoras. Um dos maiores empenhos que vivenciei durante essa minha experiência na instituição foi na formulação de regras e procedimentos para restaurar a normalidade, e não avançamos mais depois disso.

Essas regras sempre foram desenvolvidas sob o discurso de trazer melhoras, e Paulo Freire diz que não se pode (os libertadores) "na busca da libertação, servir-se da concepção "bancária", sob pena de se contradizerem em sua busca" (p. 76). E isso é mais sério do que se imagina. A superação das relações onde existe opressores e oprimidos é muito difícil, pois aqueles se respaldam no discurso de libertação, mas agindo para manter a submissão.

Por mais que o Abrire não esteja ofertando o serviço de acolhimento institucional da melhor forma possível, nesse caminho de constante tentativas de erros e acertos essa instituição ainda tem algum valor para os adolescentes, que ora vêm como local que não faz nada por eles, muitas vezes de não proteção e ora vêm como um local de oportunidade, como pode ser observados nos desenhos que eles fizeram em uma oficina que fiz, onde eles colocariam em uma folha o que o Abrire significa para eles (Anexo IV).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que o Brasil percorreu na construção de um conceito e sentimento de infância foi bem parecido com outras realidades, onde a juventude foi encarada como grupo de risco, mas mais visíveis no papel de algozes. Primeiro se tornava fundamental retirar as crianças dos meios de corrupção e encaminhá-las a locais apropriados para se retomar a ordem e a moral. A ociosidade e a delinquência incomodavam a sociedade, portanto as legislações passam a ser mais rigorosas com os menores delinquentes e a disciplina se torna o único meio de moralização. As correções se tornavam-se cada vez mais repressivas. A relação que se fazia de criança como sendo culpada foi tão forte que tornou adolescência e violência fatos vistos pela sociedade como indissociáveis, íntimos e com estreita relação. Algumas pessoas começam a colocar em debate que a criança nem sempre é culpada, podendo ocupar o papel de vítima e por isso devendo ser protegida e educada. Desenvolve-se então ações educativas.

A adolescência merece um olhar especial por ser um momento de angústias e incertezas. Naturalmente essa fase é delicada, pois nela inicia-se mudanças físicas, independente da sua autorização ou não, e mudanças na sua forma de ver o mundo, tudo que sempre ouviu começa a ser pela própria pessoa questionado, porque é a partir daí que ela vai elaborar sua própria forma de compreender as coisas.

As relações sociais vêm sofrendo alterações e gerando novos arranjos, novas maneiras de as pessoas se organizarem e, segundo Cândido (2010), agora parece que a adolescência tem ganhado muita importância, chegando até a ser cobiçada pelos adultos, que veneram essa fase, lembrando como época em que não haviam preocupações, e pelas crianças que querem o quanto antes entrar num mundo onde tem a chance de ser protagonista, ter autonomia, namorar, participar de grupos com linguagens particulares, dentre outras vantagens que veem; é a chamada sociedade adolescência. Mas trabalhando com adolescentes devemos sempre ter em mente que está é uma fase complicada e de enfrentamento de muitas mudanças, portanto nem sempre tão tranquila.

Crianças e adolescentes que são acolhidos em instituições que oferecem acolhimento passam por um momento de quebra de vínculos junto com um imenso vazio. O período em que ele passa sob essa medida protetiva pode ser um momento de estagnação, onde suas relações sociais são reduzidas, tem sua mobilidade restringida, como se estivesse em uma sala de espera eles ficam parados em relação às suas vidas esperando algo acontecer. Um serviço

que deveria proporcionar um momento reparador na vida dessas pessoas acaba por se tornar um reforço para o fracasso, reafirmando e introjetando atributos negativos de incapacidade e inferioridade.

Enfim, as crianças e adolescentes precisam ser de fato atendidos, ao invés de serem constantemente vitimizados. Portanto se faz essencial atuar nas relações sociais, propiciar novas formas de interação da criança e do adolescente com suas instituições de apoio (família e escola) e também a ampliação social, com a vinculação em outros contextos de socialização, para que os indivíduos tornem-se mais seguros e confiantes para buscar sua autonomia ao sair de lá.

O interesse dos que trabalham nesse local de fazer de lá um lugar melhor é grande, mas ao mesmo tempo é muito complicado realizar algo, o trabalho por si só é complexo, lidamos com uma situação muito delicada, e ainda temos uma dificuldade enorme de unir a equipe, pois poucos se acham realmente responsáveis pelo que acontece dentro das casas.

Outro fator muito sério que se mostra evidente é a desvalorização do cuidador social. Talvez a nossa afirmação como profissionais seja difícil por ser um cargo novo e estamos enfrentando uma transição entre uma cultura antiga de assistencialismo e existência das mães sociais que não podiam questionar muitas coisas e não participavam das tomadas de decisões, para uma nova concepção de assistência social e o surgimento de cuidadores sociais que assumiram um papel questionador e lutam para serem respeitados como uma classe que pode em muito contribuir com a realidade da instituição de acolhimento institucional.

Essa transição causou e ainda causa muitos embates, todos exigem do cuidador, fiscalizam se estão fazendo tudo certo, mas não querem nos ouvir. Porém quando algo de errado acontece todos vêm cobrar primeiramente do cuidador. Na instituição temos outro cargo que teria uma atribuição muito parecida com a de cuidador social, ou pelo menos seria uma classe que deveria dar um suporte, mas dentro da unidade não se discutem quais são as atribuições de cada um, somente se discutem as atribuições do cuidador. Isso se torna uma forma de proteção dos outros e uma forma de ataque contra aqueles que estão trabalhando diretamente com os adolescentes, os cuidadores sociais.

Para além das questões internas, que dificultam a execução de um trabalho melhor, o Abriré dificilmente irá conseguir implementar tudo a que se propõe se não adequar o seus serviços para a demanda atual e não puder contar com uma rede de apoio.

O atendimento a ser prestado aos adolescentes que estão acolhidos hoje no Abriré central seria um serviço mais voltado para questão da saúde, para a superação das situações de drogadição e seus desmembramentos, e a partir daí expandir para a oferta de outros

atendimentos. Por ser seu dever prestar um serviço de atendimento integral, o Abrir que basicamente só oferece o acolhimento, precisa de outras entidades e órgãos funcionando como uma rede bem interligada com serviços voltados para um trabalho com as famílias de apoio, orientação, e promoção social, atendimento para a mediação de conflitos, atuação mais precisa do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), do sistema de saúde, com a oferta de clínicas para tratamento e apoio psicológico, rede de ensino, rede profissionalizante, dentre outros.

Outra questão seria um trabalho continuado após o desligamento do acolhido, que superasse essa situação de quebra abrupta de vínculos com o adolescente, o que se aproxima do que os ex-internos da FUNABEM passavam. Existe a proposta de repúblicas, onde o adolescente desligado da instituição iria para uma casa paga pelo estado, e deste receberia um auxílio financeiro, devendo o adolescente lidar com a situação de manter seu lar e suas necessidades com esse dinheiro, por um período não muito longo até que ele conseguisse um emprego e fosse aos poucos se tornando independente. Na situação atual dos adolescentes talvez essa proposta não conseguisse atingir seus objetivos, mas se fosse feito um trabalho voltado para as demandas mais urgentes, como já colocado, essa proposta daria continuidade à um serviço que realmente estaria promovendo a superação das situações de vulnerabilidade.

Percebe-se portanto as medidas protetivas de acolhimento institucional como alternativas muito importantes e que precisam existir enquanto houver crianças e adolescentes que possam estar em situações de vulnerabilidade. Essa é uma política muito necessária, que foi conquistada a partir de muitas lutas e pressões sociais, e fruto de uma mudança no entendimento do que é infância e juventude, como indivíduos detentores de direitos e que precisam de um atendimento integral. O ECA e as legislações construídas para a garantia da promoção dos direitos de forma integral para os jovens são recentes e ainda precisam de muita atenção e investimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.**

_____. Decreto nº 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927. **Código de Menores.** Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/dec/ret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

_____. Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 15 jul. 2011.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 12 abr. 2011.

_____. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, Maio de 2008.

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, novembro de 2004.

_____. **Regimento Interno da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho do Distrito Federal.** Disponível em: <<http://www.districtofederal.df.gov.br/sites/300/382/00000294.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

_____. **Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998 vol. 3.

_____. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Código de Menores.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 05 jun. 2011.

CAMPOS, M. M., Rosemberg F. Ferreira, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil.** São Paulo. Cortez – Fundação Carlos Chagas, 1993

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHAES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento.** Aletheia, Canoas, n. 25, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

03942007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 ago. 2010.

CRUCIUS, Tarsila Rorato; SILVA, Patricia Maria Ferreira da. **Primeira infância no Brasil: Uma análise da situação da criança de 0 a 6 anos no Brasil e as diretrizes das políticas para a primeira infância segundo especialistas na área(a)**. Brasília: Inst Teotônio Vilela, 2003.

Declaração Universal dos Direitos da Criança. Disponível em:

<<http://www.promeninno.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/389cad15-8993-4900-ba1f-c70d82c091a5/Default.aspx>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

DEIORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

DEL PRIORE, Mary. Capítulo 1: Percurso histórico dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. In: **Historia das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Mary. Capítulo 8: A origem do conceito *menor*. In: **Historia das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

FARIA, S. Histórias e políticas de educação infantil. In: C. Fazolo, E., Carvalho, M. C., Leite, M. I., Kramer, S. (orgs.). **Educação infantil em curso**. Rio de Janeiro: Rival, 1997.

GOMES, Candido A. A inflação da adolescência. In: **Adolescência e Violência: teorias e práticas nos campos clínico, educacional e jurídico**. 1. ed. Brasília: Liber Livro/Editora da Universidade de Brasília, 2010.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes. **Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar**.

Projeto “Educação Infantil e Construção do Conhecimento na Contemporaneidade”. Núcleo multi-disciplinar de pesquisa, extensão e estudo da criança de 0 a 6 anos. Creche UFF. Coordenação Geral; Maria Vitória Pardal Ceviletti, 1999.

SOUZA, Etelma Tavares de. Artigo científico: **Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral**. Disponível em:

<http://www.defensoria.org.br/langs/arquivos_multimidia/102.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2011.

ANEXOS

Anexo I – Fotos



Figura 1 – Administrativo



Figura 2 – lateral do administrativo/caminho que acessa as casas



Figura 3 – Casa Lar Bem Querer (desativada)



Figura 4 – Casa Lar Arco Íris (desativada)



Figura 5 – Fundos da Casa Lar Arco Íris (desativada)



Figura 6 – Visão lateral perto das Casas Lares



Figura 7 – Vista do campinho dos fundos das casas desativadas



Figura 8 – Casas Lares em funcionamento (Bela Infância, Magia dos Sonhos e Laranja)



Figura 9 – Lactário, Salão de Múltiplas Funções, Quiosque e Socioeducativo visto pela lateral das casas em funcionamento



Figura 10 – Quiosque e Quadra de Esportes vista das casas em funcionamento



Figura 11 – Fundos das casas lares em funcionamento e visão das desativadas



Figura 12 – Lactário e Salão de Múltiplas Funções



Figura 13 – Almojarifado, Lactário e Salão de Multiplas Funções



Figura 14 – Quiosque e casa do pernoite



Figura 15 – Quiosque



Figura 16 – Casa pernoite



Figura 17 – Casa pernoite e Socioeducativo ao fundo



Figura 18 - Socioeducativo

Anexo II

Padronização de Regras e Procedimentos

O presente documento tem como objetivo oficializar regras básicas de convivência entre os servidores do ABRIRE e adolescentes. Observa-se hoje um alto índice de comportamentos reprováveis e ocorrências graves em especial: ameaça, lesão corporal e dano ao patrimônio público. Tais ocorrências se agravam principalmente pela falta de padronização e aplicação de regras.

Apesar da rotatividade de adolescentes no abrigo ser alta, existem alguns que estão há bastante tempo convivendo com esta falta de padronização de regras. Neste contexto indicamos duas situações distintas: os adolescentes que se encontram abrigados e os novos adolescentes encaminhados. Essas duas situações distintas utilizarão os mesmos instrumentos básicos e a mesma abordagem individual de acordo com a dinâmica atual do abrigo.

As regras básicas de convivência e procedimentos apresentados neste documento deverão ser repassadas a cada adolescente acolhido de forma individual. Verifica-se também a extrema necessidade de resgate dessas regras com os adolescentes que já estão sob nossos cuidados.

Todas as ações negativas, comportamentos positivos e medidas educativas utilizadas serão registrados no prontuário de convivência (em anexo) e apresentado a psicóloga e assistente social responsável pelo adolescente em cada atendimento técnico quinzenal visando dinamizar estes atendimentos.

Os cuidadores estão comprometidos com a educação dos adolescentes e concordamos em utilizar uma mesma linguagem no intuito de dirimir discrepâncias entre os procedimentos das casas mantendo assim a ordem e o mesmo sistema de correção de comportamentos.

Todos os servidores são responsáveis pela educação dos adolescentes bem como na construção de um bom vínculo afetivo, portanto sugerimos que estes instrumentos sejam usados não só na casa pelos cuidadores, mas em todos os ambientes e servidores do abrigo.

Procedimentos:

Para o adolescente que já se encontra no abrigo serão re-apresentadas todas as regras de forma particular e em seguida, em assembléia com eles, haverá a discussão das punições no caso de descumprimento das regras informadas. Os procedimentos de correção para comportamentos reprováveis encontram-se anexos a este documento.

Sempre que o adolescente for encaminhado ao abrigo, antes que ele desça à casa, o cuidador será chamado para subir até à administração, e colherá informações básicas sobre o novo adolescente com o técnico ou direção. Em seguida o cuidador acolherá e informará todas as regras básicas de convivência do abrigo bem como o funcionamento da casa com o auxílio da cartilha dos 10 mandamentos do abrigo e o prontuário de convivência (em anexo). Todo o processo acontecerá de forma particular e acolhedora para que as possíveis dúvidas do adolescente sejam sanadas e a relação de vínculo seja eficaz.

Regras:

1. É proibido o uso de drogas e bebidas alcoólicas nas dependências do abrigo estando o adolescente sujeito a punição. O cigarro é uma exceção portanto permitido o uso controlado, mas proibido o uso nas dependências e proximidades das casas.
2. Qualquer saída das dependências do abrigo sem autorização será considerada evasão, tendo o adolescente que se submeter ao procedimento padrão de revista e atendimento técnico.
3. Se dirigir com respeito aos cuidadores e demais servidores do abrigo obedecendo a suas solicitações.
4. Respeitar os horários.
5. Realizar as tarefas diárias como arrumar a cama, organizar o quarto e lavar a louça.
6. A adesão às atividades internas (atividades diversas do sócio-educativo, tarefas escolares) e externas (ir a escola, passeios e eventos propostos) será obrigatória.
7. Não realizar nenhuma ação negativa que possa prejudicar o andamento da rotina tais como pichações, jogar pedras, água ou qualquer outro objeto nos colegas e servidores.
8. Responsabilizar os adolescentes por suas ações negativas não só dentro da casa, mas em qualquer outro ambiente dentro e fora do abrigo.
9. Não furtar coisa alheia, cuidando dos objetos pessoais e dos colegas.
10. Não praticar qualquer ato de violência dentro ou fora do abrigo.

Anexo III

PROCEDIMENTO PARA CORREÇÕES DE COMPORTAMENTOS REPROVÁVEIS

Tendo como referência a extrema necessidade de um procedimento padrão para a equipe de trabalho da casa Magia dos Sonhos no processo de educação e reeducação dos adolescentes acolhidos. Tem-se como proposta o seguinte procedimento:

ADVERTÊNCIA VERBAL: Consiste em advertir verbalmente o adolescente autor de comportamentos reprováveis e inadequados, principalmente em faltas disciplinares e desrespeito a pessoas de sua convivência. O adolescente deverá ser informado da inadequação de seu ato e da realização do registro de advertência verbal. Havendo possibilidades o mesmo deverá assiná-la.

A advertência verbal poderá ter duas ocorrências, a terceira automaticamente deverá ser substituída por uma advertência escrita. O objetivo é levar o adolescente a tomar consciência da inadequação e consequências de seus comportamentos, convocando-o ao compromisso, responsabilidade e respeito.

ADVERTÊNCIA ESCRITA: Advertência escrita ocorrerá após o esgotamento das advertências verbais. Advertência escrita é de natureza similar a verbal, porém documentada e descrita detalhadamente. Consiste em advertir o adolescente autor de comportamentos reprováveis e inadequados, principalmente em faltas disciplinares e desrespeito a pessoas de sua convivência. O adolescente deverá ser informado da inadequação de seu ato e da realização do registro de advertência escrita. O mesmo deverá assiná-la. Recusando-se a assinar, a advertência pode ser lida na presença do adolescente e de duas testemunhas e em seguida solicitar que as testemunhas assinem.

A advertência escrita poderá ter duas ocorrências, a terceira automaticamente gera uma intervenção focal. O objetivo é levar o adolescente a tomar consciência da inadequação e consequências de seus comportamentos, convocando-o ao compromisso, responsabilidade e respeito.

INTERVENÇÃO FOCAL: Consiste em uma intervenção conjunta realizada pela equipe de cuidadores e equipe técnica de referência da casa, ou técnico de plantão, tendo como foco o adolescente advertido. Nesta intervenção é fundamental a presença do adolescente, assim como das pessoas que efetuaram as advertências anteriores. A intervenção focal consiste em

uma conversa direcionada, com análise de problemas e avaliação da ficha evolutiva do adolescente. Nesta intervenção será decidida qual atividade deverá ser realizada pelo adolescente, podendo ser a leitura ou escrita de algum material, a cópia de algum texto, análise de filme ou quaisquer atividades que perpassam o processo socioeducativo.

O objetivo é levar o adolescente a tomar consciência da inadequação e consequências de seus comportamentos, convocando-o ao compromisso, responsabilidade e respeito. De forma que os comportamentos reprováveis e inadequados possam ser reduzidos ou mesmo sanados.

FICHA EVOLUTIVA: Ficha de registro individualizada do processo evolutivo dos adolescentes. Nesta ficha constará dados sobre o adolescente e será realizado o registro de comportamentos e sentimentos apresentados pelo mesmo. Os comportamentos registrados serão tanto os comportamentos adequados e desejáveis quanto os comportamentos reprováveis e inadequados. O registro não precisa ser diário, apenas será efetuado quando houver necessidade, de acordo com a percepção da equipe. Seria realizada uma avaliação quinzenal ou mensal do processo evolutivo dos adolescentes pela equipe da casa, fazendo-se uso das fichas evolutivas. O objetivo é ter maior controle e registro do processo evolutivo e comportamental apresentado pelos adolescentes.

REFORÇAMENTO: Adolescentes que forem avaliados positivamente pela equipe de trabalho, deverão ser comunicados, parabenizados e presenteados com bombons, miojo ou qualquer outra maneira que a equipe encontrar.

Anexo IV

"Sobreviventes de Abrigo."

" Meu nome é _____, tenho 16 anos
 moro no abriga _____ a 1 ano, mas me sinto como
 uma pessoa que foi excluída da sociedade
 morar num abriga é sempre complicado
 por que tem sempre dois lado, um bom e
 outro ruim, o bom é por que no abriga
 os assistente sociais, professores, escolas,
 cursos, estagios e muito mais, e o ruim
 é que os adolescentes, robam, usam drogas,
 brigas muito, e esses atos fazem que os
 adolescentes sejam mais, tipo excluídos da
 comunidade.

" Devemos acreditar que nunca a tarde
 para encontrar algum erro cometido".

ALEGRIA

MINHA CASA
MINHA FAMILIA



a
b
r
i
c
o



O Preço
Não é Maior
do que a
Graça de Deus



*“Quem julga será julgado;
quem não julga não o será.
Aquele que condena será
condenado; quem não
condena não o será. Quem
solta será solto; quem não
solta ficará preso”*

abrigo



abrigo

Abriço é bom melhor que a rua,
Tem varias oportunidades varios amigos
nem tanto calor e ardem.
So isso.

QUE



! DEUS

ME AJUDE

ABRIGO

AMEASAD
O

POIR

SEGUIRA
ÇA

Sou o Príncipe do Beto e

O ABRIGO

é

o

meu

castelo

de madeira

eam eas also

am i vilda

aj clicpos

door
virts locke



PARTE III
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Em todo meu processo de formação na universidade pensei que deveria dar uma resposta para a sociedade daquilo que eu vinha estudando, e em como contribuir como pedagoga para a nossa realidade. Acredito que a educação é um meio de formação de cidadãos críticos, e por acreditar no potencial da educação é que resolvi me graduar na pedagogia, e tenho essa formação como de suma importância para minha vida.

Dessa forma fico feliz por ter tido a oportunidade de fazer um trabalho sobre algo que eu estava vivenciado, podendo me colocar em uma posição de constante reflexão sobre essa realidade.

Tenho em mente que não importa o que eu faça daqui para adiante, o que eu aprendi na universidade, que está relacionado à educação, vai permear toda a minha vida e experiências. Em qualquer área que eu venha atuar sei que minha construção como pedagoga vai influenciar tudo que eu faça.

A graduação em pedagogia foi apenas o início da minha trajetória. Quanto mais busco o conhecimento mais percebo que este nunca será atingido em sua completude. E quanto mais percebo o quanto não sei, mais quero buscar conhecer. Portanto ainda vejo que tenho muito que o que aprender e minha vida acadêmica apenas começou.

Meu interesse primeiro ao me graduar em pedagogia vai ser estudar para outro concurso, pois não me sinto bem no meu trabalho atual. Não estou totalmente contente trabalhando no Abrire, não pelo público que atendemos, como muitos pensam, mas pela desvalorização e embates desnecessários que se criam ao invés de buscar potencializar o serviço, além disso tenho visto poucos resultados, não há perspectiva de crescimento, e não tem sido gratificante.

Por isso minha primeira atitude após formada será batalhar para um outro concurso, de preferência para cargos de pedagoga, não somente em escolas, já que penso que atuarei como uma pedagoga comprometida com os princípios da educação em qualquer lugar que eu esteja.

Após conseguir sair do meu atual trabalho e ir para outro órgão público continuarei estudando. Tenho muito interesse de voltar ao meio acadêmico. Gostaria de poder aprofundar questões e temáticas surgidas a partir desse trabalho.

Além de dar continuidade na minha formação pretendo fazer várias viagens para entrar em contato com realidades e culturas diferentes, e quem sabe até fazer cursos em outros países.